Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Reforma Agrária.

Período de Análise: 01/06/2016 a 30/06/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Site Eletrônico da CONAB
Site Eletrônico da CPT
Site Eletrônico do MMA
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Sem Terra reocupam a fazenda Changrilá no extremo sul baiano. Site do MST, 01/06/2016. ..... **4**

Comunidade de Niterói é reconhecida como descendente de quilombola. O Globo. 01/06/2016 ..... **5**

MST realiza Feira da Reforma Agrária no município de São Luiz do Quitunde, em Alagoas. Site do MST, 01/06/2016. 6

Alvo dos golpistas e do latifúndio, MST vê aumentar perseguição em GO. Railídia de Carvalho. Site do MST, 02/06/2016. 8

Incra obtém reintegração de lotes ocupados irregularmente em Itaituba/PA. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).02/06/2016 11

Incra/RJ defende regularização de comunidade quilombola em audiência pública. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).02/06/2016 ... 13

MST ocupa reserva ambiental de Pinos, em Santa Catarina. Fábio Reis. Site do MST, 06/06/2016. 14

Comunidade São Pedro é o primeiro território quilombola regularizado no Espírito Santo. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/06/2016 15

Contra extinção do MDA e pela Reforma Agrária, Sem Terra ocupam o Incra em toda Bahia. Site do MST, 08/06/2016. 17

Sem Terra monta acampamento no INCRA do Paraná. Riquieli Capitani. Site do MST, 09/06/2016. 18

Juiz determina saída de famílias acampadas na Floresta Nacional. Fábio Reis. Site do MST, 09/06/2016. 21

Movimentos do Campo ocupam o INCRA em Palmas. Messias Barbosa. Site do MST, 09/06/2016. 22

Incra e Fetraf discutem pauta de reforma agrária no Distrito Federal. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/06/2016 22

MST ocupa prefeitura de Atalaia e cobra políticas públicas para as áreas de Reforma Agrária. Gustavo Marinho. Site do MST, 14/06/2016. 23

Cimi condena ataque paramilitar no MS contra comunidade GUarani-Kaiowá. Site do MST, 15/06/2016. 25

Sem Terra reivindicam Reforma Agrária durante audiência pública. Site do MST, 16/06/2016. 26

Movimentos populares se posicionam contra morte de indígenas no MS. Site do MST, 16/06/2016. 28

Sem Terra desocupam Codevasf em Juazeiro, na Bahia. Site do MST, 16/06/2016. 30

Sem Terra ocupam Incra na Bahia. Site do MST, 16/06/2016. 31

Em MG, cupação da Funarte recebe o lançamento do Festival Nacional da Reforma Agrária. Gianini Hackbardt. Site do MST, 17/06/2016. 33

Feira da Reforma Agrária e Economia Solidária comercializa mais de 90 toneladas de produtos no Festival da Utopia. Maria Aparecida. Site do MST, 17/06/2016. 34

MST repudia massacre em terras Guarani Kaiowá no MS. Site do MST, 17/06/2016. 36

O que há entre o domínio da terra e o genocídio indígena? Site do MST, 22/06/2016. 38

Edital para contratação de frete vai levar alimentos a indígenas da região Sul. Site do MDSA, 23/06/2016. 43

A Funai pede socorro. Ciro Barros e Iuri Barcelos. Carta Capital, 23/06/2016. 44

Mato Grosso do Sul concentra mais de 60% dos assassinatos de indígenas do Brasil. Karina Villas Boas. Site do MST, 24/06/2016. 51

Sem presença da Funai, índios assumem proteção das terras. Ciro Barros e Iuri Barcelos. Carta Capital, 27/06/2016. 55

Venda de terras para estrangeiros: ameaça à soberania nacional e ao acesso à terra. Gisele Brito. Site do MST, 30/06/2016. 60

Sem Terra reocupam a fazenda Changrilá no extremo sul baiano. Site do MST, 01/06/2016.

"Os latifúndios não cumprem sua função social, principalmente numa região onde existem centenas de pessoas desempregadas e em busca de terra para produzirem alimentos", afirmaram as famílias.

Neste ultimo domingo (29), cerca de 100 famílias Sem Terra reocuparam a fazenda Changrilá, de 1.400 hectares, localizada no córrego Bom Sucesso, em Jucuruçu, na região do Extremo Sul baiano.

Com a ocupação, as famílias denunciam que a propriedade faz parte de um conjunto de fazendas improdutivas do latifundiário Álvaro Pereira Filho, conhecido como "Alvino Para Todos", nos municípios de Itanhém e Jucuruçu.

"Os latifúndios de Alvino não cumprem sua função social, principalmente numa região onde existem centenas de pessoas desempregadas e em busca de terra para produzirem alimentos", afirmaram as famílias.

Além disso, denunciam ainda, a negligência e a imposição política de alguns funcionários do poder judiciário e órgãos públicos da região. Ao mesmo tempo, os Sem Terra cobram do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que as terras sejam desapropriadas, tendo em vista, que o proprietário possui terras improdutivas e realiza práticas de destruição das florestas e da biodiversidade, como queimadas e aplicação de veneno nas terras.

Omissão

Segundo a direção do MST na região, apesar das diversas denúncias realizadas desde 2015 em Jucuruçu, houve um aumento significativo nas práticas de exploração do trabalho e de violência no campo, através de ameaças diretas e indiretas por parte do latifúndio.

Para Maria da Silva, trabalhadora Sem Terra, está em prática um método de criminalização dos movimentos sociais populares com perseguição às famílias que lutam pela Reforma Agrária.

“Pois, apesar das diversas denuncias que estamos realizando, só recebemos como resposta as liminares de despejo que tem como objetivo criminalizar a luta dos trabalhadores”, disse Silva.

Já para João do Nascimento, também Sem Terra, os despejos não afetam somente às famílias, “afetam também a população da cidade que compra a nossa produção”.

“Exemplo disso, foi o despejo que sofremos há 12 dias atrás onde formos obrigados a abandonar nossas plantações, que posteriormente foram destruídas. Isso também atinge diretamente à população do município que frequenta as feiras semanais e dependem de nossas produções”, relatou.

O MST avalia que estas práticas existentes na região, em especial no município de Jucuruçu, atentam contra os Direitos Humanos e ferem os princípios da Constituição Federal.

Comunidade de Niterói é reconhecida como descendente de quilombola. O Globo. 01/06/2016

Foram seis anos de luta pelo reconhecimento oficial do que já existia na prática até que finalmente, a Fundação Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, concedeu a certificação de remanescente de quilombo à comunidade do Grotão, no último dia 20. Vitória não apenas para os 68 moradores, mas para a cultura negra.

Encravado na face voltada para o Engenho do Mato (Niterói, Região Metropolitana do Rio) da Serra da Tiririca, o povoado com mais de 80 anos de história agora respira aliviado. Livre para continuar professando sua cultura, fé e modo de vida.

— O que muda com esse documento é que temos quase certeza de que não seremos retirados daqui. Nossa luta é pela terra onde estão nossas raízes — explica José Renato Gomes da Costa, o Renatão do Quilombo, líder do local.

O Quilombo do Grotão é mais que a única comunidade quilombola certificada na região: não há outra, nem em processo de avaliação. Isso eleva a importância da preservação do local.

— Com a novidade, podemos ampliar nossas ações. Já estamos providenciando uma biblioteca com títulos voltados para a cultura negra. Hoje, já oferecemos muitas atividades aqui, como capoeira, jongo, atividades religiosas. Tudo isso vai ser ampliado, e também vamos voltar a cultivar a terra. Vamos produzir orgânicos para consumo e vender o excedente — garante.

A permanência na terra era um fantasma que acompanhava a comunidade desde 2008, quando foram redefinidos os limites do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Dentro de parques naturais, não pode haver moradia fixa. Os novos limites, no entanto, deixavam apenas uma das cerca de 15 casas fora da área proibida.

Este, inclusive, é o segundo passo para o quilombo: obter a titulação da terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Este processo, no entanto, pode demorar alguns anos.

— Mas o reconhecimento já nos garante autoridade para permanecer — finaliza.

Escravidão moderna

A história do Grotão é um pouco diferente da ideia clássica de um quilombo. A comunidade começou, em teoria, com homens livres, trabalhadores de uma fazenda. A escravidão era abolida, também em teoria.

— Meu avô e meu pai trabalhavam nas lavouras, principalmente de bananas. O salário ia todo para pagar alimentação e o aluguel da terra. E assim viveram até que a fazenda faliu — diz Renatão.

A parte baixa da fazenda foi loteada e virou o atual bairro. Sem ter para onde ir e sem indenizações, os funcionários ficaram na parte alta.

Lá, nos anos 60, conviviam com os incêndios criminosos das lavouras. Pressão para retirá-los do local, que só parou quando o parque foi criado, em 1991. Uma ameaça cedeu, outra surgiu. Esta só foi amenizada pela certificação.

MST realiza Feira da Reforma Agrária no município de São Luiz do Quitunde, em Alagoas. Site do MST, 01/06/2016.

A Feira levará aos moradores da cidade de São Luiz do Quitunde uma diversidade de produtos de acampamentos e assentamentos de todo o estado, onde a população terá a possibilidade de comprar direto do agricultor.

Localizada a 54 km da capital Maceió, a cidade de São Luiz do Quitunde, na Zona da Mata de Alagoas, receberá pela primeira vez a Feira da Reforma Agrária nos próximos dias 1, 2 e 3 de junho.

A Feira, que é organizada pelo MST, levará aos moradores da cidade de São Luiz uma diversidade de produtos vindos de acampamentos e assentamentos rurais de todo o estado, onde a população terá a possibilidade de comprar direto das mãos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

"A possibilidade de realizar a Feira nas pequenas cidades pelo estado, nos garante propor um importante diálogo com a sociedade em relação a Reforma Agrária e a necessidade de termos uma alimentação saudável", destacou Débora Nunes, da Coordenação Nacional do MST.

"É fundamental que cada vez mais a gente dialogue com o conjunto da sociedade, em especial nas pequenas cidades que possuem vários assentamentos ao redor, mas que muitas vezes quem vive na cidade não compreende a importância do camponês e camponesa que está na roça produzindo alimento livre de agrotóxico", completa.

O MST em Alagoas já realiza por 16 anos consecutivos a Feira da Reforma Agrária em Maceió e completou suas 3 edições na região do Agreste do estado, com a Feira em Arapiraca. Além desses dois municípios que já estão no calendário dos camponeses, ainda esse ano, o MST deve realizar Feiras nos municípios de Atalaia, Junqueiro e Delmiro Gouveia.

Durante os três dias de Feira, os trabalhadores e trabalhadoras rurais ocupam a cidade de São Luiz com uma variedade de alimentos que devem ser comercializados abaixo do preço encontrado no mercado convencional. "Em nossa Feira estão presentes os frutos da luta pela terra em Alagoas. Tudo o que traremos para São Luiz do Quitunde são os resultados das nossas lutas, ocupações de terra e marchas", disse Débora.

Todas as noites a Feira conta com atrações culturais da própria cidade e tem a abertura oficial marcada para às 17 h de quarta-feira (01).

Alvo dos golpistas e do latifúndio, MST vê aumentar perseguição em GO. Railídia de Carvalho. Site do MST, 02/06/2016.

A prisão do Valdir e do Luiz vem em um pacote de medidas que o governo de Goiás (Marconi Perilo – PSDB) vem tomando contra as mobilizações sociais, especialmente no conjunto das mobilizações contra o golpe.

Nesta quarta-feira (01) o militante do MST de Goiás, Valdir Misnerovicz, foi preso por policiais militares enquanto visitava um acampamento em Veranópolis (RS). O agricultor e também integrante do movimento em Goiás Luiz Batista é mantido preso desde 15 de abril.

No governo golpista de Temer, que espiona o MST, a bancada ruralista está à vontade para intensificar as perseguições aos movimentos que lutam pela reforma agrária.

"A prisão do Valdir e do Luiz vem em um pacote de medidas que o governo de Goiás (Marconi Perilo/PSDB) vem tomando contra as mobilizações sociais, especialmente no conjunto das mobilizações contra o golpe", declarou o advogado Cleuton Freitas que faz parte do conjunto de defensores que entraram nesta quarta com habeas corpus pedindo a liberação do militante.

O jurista Marcelo Lavenére, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi um dos signatários da petição, que tem assinatura de vários integrantes do Movimento de Juristas Goianos pela Democracia. Cleuton faz parte do movimento e também é professor da Universidade Federal de Goiás.

Luiz, que ainda aguarda o julgamento do habeas corpus impetrado em abril, e Valdir são acusados de serem integrantes de organização criminosa. O coordenador estadual , Gilvan Moreira, informou que por conta das ocupações de terra no Estado o movimento foi enquadrado como organização criminosa pelo judiciário local.

Criminalização da luta contra o golpe

“Do ponto de vista técnico deveriam (Luiz e Valdir) ser soltos imediatamente. A prisão é política porque não tem cabimento o enquadramento do MST enquanto organização criminosa”, explicou Cleuton. Na opinião dele, as prisões tem motivação política.

O advogado ressaltou que ao lado das medidas jurídicas que foram tomadas é preciso denunciar na Europa e América Latina “que existe um laboratório em Goiás para criminalizar a luta contra o golpe”.” Essas prisões vão ao encontro dos vazamentos dos áudios do Jucá que afirmou que o MST é uma organização em que eles estão de olho”, lembrou.

Cleuton citou ainda que a publicação de um portaria pelo governo goiano antecipava a estratégia de repressão aos movimentos sociais no estado. Publicada em 12 de abril, a portaria 446 deixava de sobreaviso as policiais Civil e Militar e Corpo de Bombeiros, autorizados a coibir eventuais crimes em manifestações rurais e urbanas. “Dia 14 foi decretada a prisão preventiva e no dia 15 de abril o Luiz foi preso”.

Combate à inclusão no campo

O acampamento Padre Jósimo onde militam Luiz e Valdir, na município de Santa Helena de Goiás, está em um imóvel que pertence a um grupo econômico da família Naoun. Segundo Cleuton, o imóvel deve mais de um bilhão de reais para a fazenda pública. Ele lembrou ainda que a União ganhou a posse da propriedade em uma ação de execução.

“O MST de Goiás faz uma luta legitima e foi enquadrado como organização criminosa”, denunciou Cleuton.

O Portal Vermelho ouviu Frei Sérgio Gorgen, que conviveu com Valdir no período em que o militante do MST iniciou no movimento no Rio Grande do Sul. “Se for lutador social hoje vai ser criminalizado”, avisou.

O próprio Sérgio, que é do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), foi detido em abril deste ano por ter rasgado panfletos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em que a entidade dos empresários defendia o impeachment da presidenta Dilma.

Ele enumerou quatro motivos para o estado de Goiás sair na frente na intensificação dos ataques ao movimento social. “É um dos estados que tem mais latifúndios no Brasil, tem um governo tucano que reprime, tem um judiciário reacionário e entre as fazendas invadidas está a do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), conhecido por suas articulações no Senado”

Mobilização

Frei Sérgio vê na mobilização dos movimentos a única saída para combater as perseguições e a criminalização da luta social. “Não acredito em nenhum instrumento de estado que possa acessar", declarou.

“Digo que não há juízes no Brasil no sentido de proteger a cidadania mas há pra criar uma ditadura midiático judicial”, completou. Frei Sérgio lembrou que após o massacre de Eldorado dos Carajás, que resultou em 21 trabalhadores assassinados, há 20 anos, houve uma tendência de alguns juízes decidirem em favor dos trabalhadores rurais.

“Alguns juízes por sensibilidade social consideravam as ocupações um instrumento de pressão social mas agora voltaram a não considerar. E esse retrocesso começa em 2008 com a onda direitista da classe média alta brasileira e a facistização de parte deste grupo”, enfatizou.

O país dos latifúndios

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aponta que, em 2010, as terras improdutivas representavam 40% das grandes propriedades rurais brasileiras. Ainda de acordo com o Incra, 228 milhões de hectares produzem abaixo da capacidade e estão abandonados. Ou seja, se não tem função social devem servir para a reforma agrária.

Os donos de latifúndios, no entanto, tem grande representação no congresso brasileiro e agora, no governo ilegítimo de Temer, é cada vez mais protagonista.

República ruralista

O jornalista Alceu Castilho afirmou, em artigo publicado nesta segunda-feira (30) no Blog Outras Palavras, que o golpe contra a democracia brasileira foi também "um golpe ruralista". "Assim como em 1964, combate à reforma agrária ganha centralidade na chegada direta das oligarquias ao poder; não à toa, medidas de Temer alegram agronegócio", escreveu Alceu.

No governo interino de Temer a reforma agrária saiu da área do desenvolvimento agrário para a Casa Civil, que tem como titular o dono de terras Eliseu Padilha. A raposa tomando conta do galinheiro. No Congresso Nacional a bancada ruralista é imbatível: Segundo Alceu é composta por metade da Câmara dos Deputados e mais da metade do Senado.

Alceu fala com propriedade. É dele a autoria do livro "Partido da Terra (2012)" que concluiu que pelo menos 2,03 milhões de hectares pertencem a políticos. A matéria-prima do trabalho do jornalista foram as declarações de bens rurais de prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e governadores.

Derramamento de sangue

Sem poupar críticas ao governo Dilma no que se refere às políticas do campo, Alceu encerra o artigo dizendo que o que está por vir é pior e que significa o retrocesso de décadas para as políticas de inclusão no campo.

"Que se dê também ênfase à face urbana do golpe capitaneado pelo PMDB. Por Eduardo Cunha e por Temer, o pagador de promessas. Mas que não se jogue para debaixo do tapete sua face agrária. Ela tem o tamanho de um latifúndio e significará ainda mais derramamento de sangue no campo. E ainda mais destruição de biomas. Sob o silêncio da imprensa defensora do agronegócio, também conhecida como "grande imprensa", finalizou.

Incra obtém reintegração de lotes ocupados irregularmente em Itaituba/PA. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).02/06/2016

A Superintendência Regional do Incra no Oeste do Pará, com sede em Santarém, conseguiu a reintegração de posse de 11 lotes situados dentro do Projeto de Assentamento Ypiranga, localizado no município de Itaituba (PA). A decisão, proferida

no dia 23 de maio último, é do juiz federal Paulo César Moy Anaisse, da Subseção Judiciária de Itaituba, e se dá em virtude de ocupação irregular e reconcentração fundiária praticadas pelo réu, Ivo Eduardo Welter.

O juiz federal Paulo César Anaisse deferiu a concessão de tutela antecipada para determinar a expedição de mandado liminar de reintegração de posse, por meio do qual ordena a desocupação dos lotes ocupados irregularmente.

A decisão do magistrado objetiva restituir os lotes ao Incra, gestor do assentamento Ypiranga, e deve ser cumprida no prazo de 30 dias, a contar da intimação. O órgão é o autor de ação de reintegração de posse interposta na Justiça Federal em fevereiro deste ano. “A decisão judicial vem garantir a efetividade dos esforços administrativos impetrados pelo Incra nos últimos meses para assegurar a justa e correta destinação de terras ao público da reforma agrária”, ressalta a superintendente em exercício do Incra no Oeste do Pará, Elita Beltrão.

Juntos, os 11 lotes citados na ação judicial perfazem uma área estimada em 1.100 hectares. Nos trâmites administrativos e, posteriormente, para subsidiar a ação judicial, o Incra fez a caracterização da ocupação em cada um dos lotes, quando constatou que o réu pleiteava até a liberação de planos de manejo florestal nessas áreas. “(…) As terras, objeto desta lide, vêm sendo exploradas por uma única pessoa, o senhor Ivo Eduardo Welter, em seu nome (caso do lote 33, gleba 1H) ou em nome de outrem (demais lotes), utilizando os filhos e demais pessoas que constam como beneficiárias, por meio de procurações”, narra um trecho da decisão judicial.

O magistrado também comenta os efeitos da reconcentração dos lotes, contra a qual o Incra se insurgiu por meio da ação de reintegração de posse. “Na medida em que a concentração fundiária se perpetua, os problemas decorrentes dela também continuam. Assim, enquanto os imóveis não forem desocupados (lotes), a destinação dos imóveis para as famílias resta impossibilitada, acarretando grandes prejuízos aos trabalhadores rurais, que têm seus direitos sociais impedidos de serem exercidos, fundamentalmente o trabalho e a moradia, gerando, por consequência, enorme dano à dignidade destas famílias”.

Procedimento administrativo

Após demanda apresentada em reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, realizada em Santarém (PA), em março de 2015, o Incra constituiu força-tarefa com o objetivo de vistoriar e notificar presumíveis ocupantes irregulares no assentamento Ypiranga.

Após as vistorias, o Incra constatou a reconcentração de lotes praticada por Ivo Welter e o notificou para apresentar defesa, o que ocorreu em setembro de 2015. Em dezembro do mesmo ano, a autarquia promoveu o julgamento administrativo, quando concluiu pela existência da ocupação irregular, caracterizada como invasão de terras públicas, e a reconcentração fundiária. O pedido de permanência nestas áreas foi indeferido e aberto prazo de 15 dias para a desocupação dos lotes no PA Ypiranga.

Como o pedido administrativo não foi atendido, o Incra recorreu à Justiça Federal, que determinou a reintegração de posse à autarquia. Uma vez cumprida a decisão ora proferida, caberá ao órgão, mediante orientação dos setores técnico e jurídico, promover a adequada destinação dos lotes a famílias com perfil de clientes da reforma agrária.

O assentamento Ypiranga foi criado em dezembro de 1998 e possui área de 42.155 hectares, com capacidade para até 439 famílias.

Incra/RJ defende regularização de comunidade quilombola em audiência pública. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).02/06/2016

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região realizou, dia 30 de maio, no Rio de Janeiro (RJ), audiência pública para debater a Arguição de Inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003 interposta contra a regularização do território da comunidade remanescente do Quilombo de Santana, localizado no município de Quatis (RJ).

O relator do processo, desembargador André Fontes, destacou a importância da iniciativa, a primeira realizada naquele Tribunal tendo em vista o caráter democrático e plural aos autos do processo. “A ação permite a manifestação das partes envolvidas, assim como toda a população e autoridades, visando reunir subsídios para as decisões a serem tomadas para a formulação da ação de inconstitucionalidade do referido decreto”, ressaltou André Fontes.

Representantes da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), da Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Rio de

Janeiro (Acquilerj) e do Instituto de Advogacia Racial e Ambiental (Iara) destacaram a necessidade de garantir os direitos fundamentais dos quilombolas conquistados após séculos de esquecimento e injustiça social. “Os quilombolas não têm uma relação de pertença com a terra, eles pertencem à terra”, enfatizou uma quilombola presente à audiência sobre a importância do ato para a comunidade.

Os antropólogos do Incra/RJ Miguel de Cardoso e Januária Mello defenderam na tribuna do auditório do TRF 2ª Região a regularização territorial do Quilombo Santana, lembrando o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito à defesa dos direitos sociais das minorias. O respeito à história e à cultura de cada grupo também foi enfatizado pelos servidores da autarquia fluminense. A superintendente regional do Incra/RJ, Maria Lúcia de Pontes, participou do evento como ouvinte.

A Defensoria Pública da União e a Procuradoria da República também defenderam a regularização do território do Quilombo Santana ao considerar a secular desigualdade social imposta aos quilombos como fonte inspiradora das injustiças perpetuadas no decorrer dos séculos. Os representantes das duas instituições alertaram sobre os riscos de uma eventual decisão favorável à ação de inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, já que o ato poderia significar um retrocesso histórico para o Estado brasileiro no reconhecimento do direito das terras quilombolas.

O Decreto nº 4.887/2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos conforme o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias.

MST ocupa reserva ambiental de Pinos, em Santa Catarina. Fábio Reis. Site do MST, 06/06/2016.

Segundo o coordenador do Movimento, “terras cobertas por pinos não cumprem com a função social e devem ser destinadas para a Reforma Agrária”.

Famílias Sem Terra em Santa Catarina ocuparam mais um latifúndio na madrugada deste sábado (04). A ocupação ocorreu na Floresta Nacional de Chapecó, que fica

localizada na divisa com o município de Guatambu próximo a SC-283 e tem cerca de 1600 hectares.

Cerca de 500 famílias montam os barracos e relatam que há uma grande expectativa de mais famílias se somarem nessa batalha, já que, cerca de 800 hectares da floresta é formada por pinos e, segundo o coordenador do Movimento, “terras cobertas por pinos não cumprem com a função social e devem ser destinadas para a Reforma Agrária”.

O Movimento pretende fazer da área um local de referência, respeitando a parte em que existe de fato preservação ambiental, como no caso da mata nativa, e no restante as famílias pretendem trabalhar sem uso de agrotóxicos preservando a natureza.

As famílias vieram de várias regiões do estado, do Oeste, Meio Oeste e Extremo Oeste. No domingo pela manhã o acampamento recebeu a visita do prefeito de Guatambu, Pedro Borsói e comentou que os prefeitos tem que governar para todos e está disposto a contribuir no que for preciso.

Prefeito de Guatambu, Pedro Bórsoi, em visita ao novo acampamento.

“A área foi criada ainda no período da ditadura militar por volta de 1968, para fazer experiência com pinos, nesse sentido, semearam as árvores”, comenta Vilson Santin da direção do MST.

A proposta do MST é que o governo retire as árvores exóticas e as reutilize para a construção de moradias populares, destinando as terras para a Reforma Agrária. "Quando falamos no comércio da região que estamos acampados na área da reserva, as pessoas relatam total apoio, pois também não admitem os pinos como reserva", complementa Santin.

Comunidade São Pedro é o primeiro território quilombola regularizado no Espírito Santo. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/06/2016

Os Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de duas áreas foram repassados à comunidade remanescente de quilombo São Pedro (município de Ibiraçu) pela Superintendência Regional do Incra no Espírito Santo, durante evento realizado sábado (4) nas dependências da Igreja São Pedro – localizada na região conhecida como Rio Bonito. O documento assegura a posse das áreas e essa é a primeira comunidade no

estado que recebe o domínio de parte das terras reivindicadas nos processos de regularização fundiária conduzidos em âmbito administrativo pela autarquia.

Em caráter coletivo, os contratos foram emitidos em nome da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Quilombola de São Pedro e Região – entidade que representa as 43 famílias de remanescentes de quilombo –, e se referem a 54,5 hectares da Fazenda Campos Verdes, localizada no município de Ibiraçu. A área total reivindicada pela comunidade corresponde a 314 hectares, formada por nove imóveis rurais que abrangem também os municípios de Santa Teresa e Fundão.

O processo de regularização fundiária foi aberto pela autarquia em 2005, após a comunidade receber a certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares. Dos nove imóveis rurais, o Incra/ES já ajuizou ações de desapropriação de quatro desses imóveis – sendo que dois deles correspondem aos 54,5 hectares dos contratos entregues no evento –, e aguarda a doação por parte do Governo Estadual de outros cinco caracterizados como terras devolutas. Para simbolizar os esforços do Governo Federal e da comunidade na busca pelo reconhecimento de suas terras foi apresentada pelos técnicos do Incra/ES, na presença de convidados e representantes do poder público, uma contextualização do histórico de lutas dessas famílias que marcou tal regularização fundiária.

Segundo Girley Vieira, superintendente regional em exercício do Incra/ES, “o evento simboliza tanto o fortalecimento da comunidade como a articulação institucional dos poderes públicos para que essas famílias tenham seus territórios regularizados o mais rápido possível e acesso a direitos de toda ordem. Além disso, trata-se de um momento de aproximação da comunidade com as organizações que lhes apoiam e oferecem serviços públicos essenciais a sua sobrevivência e desenvolvimento”, declarou. Representando o prefeito de Ibiraçu Duda Zanotti, o secretário municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Paulo Roberto da Rós, fez questão de registrar que aquilo ao alcance da administração do município e que possa contribuir ao desenvolvimento da comunidade, como a distribuição de sementes, será feito.

Como espaço de importância cultural inestimável, no local inclusive foi construída a Igreja de São Pedro – que tanto nomeia a comunidade quanto compõe a dimensão simbólica desse território quilombola. A principal atividade produtiva explorada pelos

seus integrantes é a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais, além do cultivo e colheita de café nas fazendas do entorno da área. Essa comunidade destaca-se também no extrativismo vegetal e por seu conhecimento tradicional nas atividades de caça e pesca.

Políticas públicas

A comunidade quilombola de São Pedro também é beneficiária de ações governamentais federais e estaduais que trazem melhorias ao local, caso do Programa Minha Casa Minha Vida Rural. Os contratos já foram assinados por 17 famílias na Caixa Econômica Federal e a construção dessas unidades residenciais está prevista para o mês de junho. Os recursos para aquisição das casas por cada família são de R$ 28,5 mil destinados pelo Governo Federal e uma complementação de R$ 8 mil do Governo Estadual.

Uma iniciativa empreendedora da Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Quilombola de São Pedro, em parceria com o Governo Estadual, também trouxe resultados concretos. A partir de curso sobre massas e panificação às mulheres do São Pedro, promovido pelo Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (Incaper), e a doação de equipamentos (forno, batedeira, triturador, cortadeira, enrolador, cilindro e câmaras climáticas) pela Secretaria de Estadual de Cultura (Secult) foi possível instalar uma pequena indústria panificadora no local. Com a marca "Mulheres Quilombolas - produtos caseiros, cama e café", que dispõe de licença sanitária e alvará de funcionamento emitidos pela prefeitura de Ibiraçu, a atividade estrutura-se como fonte de renda alternativa a às mulheres da comunidade.

Contra extinção do MDA e pela Reforma Agrária, Sem Terra ocupam o Incra em toda Bahia. Site do MST, 08/06/2016.

Nas ocupações, os trabalhadores reivindicam a volta do MDA e caracterizam o governo de Temer como usurpador e golpista.

Na manhã dessa quarta-feira (08), cerca de 1.500 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra ocuparam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Salvador, e suas unidades em Itabuna e Bom Jesus da Lapa.

As ações dão continuidade as diversas manifestações populares contra o governo ilegítimo do presidente interino Michel Temer, que nas primeiras semanas de seu governo já provocou diversos retrocessos nos direitos conquistados pela classe trabalhadora, como a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrária (MDA).

Nas ocupações, os trabalhadores reivindicam a volta do MDA e caracterizam o governo de Temer como usurpador e golpista, repudiando o modelo político adotado através das privatizações e cortes em políticas públicas fundamentais para o acesso da classe trabalhadora aos direitos constitucionais.

"O ministério é nosso"

O MDA representa um marco de luta contra a violência no campo e espaço de afirmação das minorias, além disso, segundo os trabalhadores, o ministério é o espaço de representatividade política das populações rurais, por garantir o avanço e o desenvolvimento estrutural aos pequenos agricultores. Exemplo disso, foi a sua criação em 1999 pautado a partir do massacre de Eldorado dos Carajás, que aconteceu em abril de 1996.

De acordo com a direção do MST no estado, não se é permitido recuar diante desta ofensiva conservadora e reacionária contra os direitos da classe trabalhadora. "Muitas conquistas marcam historicamente o avanço das políticas agrárias e o MDA representa a base política para isso. Não aceitaremos retrocessos e a Reforma Agrária precisa estar na ordem do dia".

Sem previsão de saída e contando com o apoio de diversos movimentos e organizações populares do campo e cidade, a simbologia da resistência histórica construída a partir das lutas pela terra estão presentes nas ocupações com a bandeira vermelha estendida sobre os prédios dos institutos.

Sem Terra monta acampamento no INCRA do Paraná. Riquieli Capitani. Site do MST, 09/06/2016.

A motivação da ocupação é a luta contra o golpe nos direitos sociais da classe trabalhadora no Brasil.

Contra o golpe e o governo ilegítimo do presidente interino Michel Temer, a retirada de direitos, em defesa da previdência social, da aposentadoria rural, das políticas de moradia popular, pela reforma agrária e pela retomada do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi o que motivou a ocupação do INCRA em Curitiba (PR), nessa quarta-feira (8).

Aproximadamente 1200 acampados e assentados do MST estão mobilizados na Jornada Nacional de Luta Unitária que iniciou na manhã desta terça-feira (07) com uma marcha pelo centro da capital paranaense e seguiu até o INCRA, onde os Sem Terra montaram acampamento e construiu um grande barraco de lona preta, símbolo da luta pela terra que abriga muitas famílias acampadas pelo país, somente no Paraná são mais de 10 mil famílias.

A mobilização dos trabalhadores se deu um dia após a exoneração do superintendente do INCRA no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, na terça-feira (7). Com a saída de Guedes, assume interinamente, Omar Guilherme Gauza Filho.

Segundo o MST, a exoneração é mais um exemplo das políticas golpistas que estão sendo executadas dia a dia pelo governo interino de Michel Temer.

"Queremos a valorização do INCRA e dos funcionários do órgão, não pode haver sucateamento dessa instituição tão importante para a reforma agrária. O Incra tem que ser gerido por funcionários de carreira, pessoas comprometidas com a reforma agrária, que mantenham o diálogo permanente com o Movimento, governo estadual e federal. Não pode ser um espaço de lotação política".

O MST lembra que no dia 25 de maio houve uma audiência com o governador do Paraná, Beto Richa, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Assessoria Especial para Assuntos Fundiários, Ministério Público do Paraná, e Assembleia Legislativa, onde foi acordado que, tanto o governo do estado, Ministério Público, e o governo federal, dariam suporte ao Incra do Paraná para resolver a questão das 10 mil famílias acampadas e atender o desenvolvimento dos assentamentos.

Com a exoneração de Guedes e a possibilidade de que alguém sem compromisso com a reforma agrária assuma, o MST avalia que esse acordo pode estar comprometido.

“Esperamos que haja um diálogo pra discutir a situação do INCRA, da reforma agrária e discutir um plano emergencial pra assentar as mais de 10 mil famílias que estão acampadas no Paraná e seguir buscando desenvolvimento para nossas áreas de assentamentos, para que possamos dar continuidade ao acordo feito com o governo paranaense”, explica o Movimento.

Ocupação da Conab

O corte de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), realizado pelo governo golpista de Michel Temer e seus ministérios, que permitia a entrega de alimentos dos agricultores até as entidades de consumidores, levou cerca de 150 Sem Terra a ocuparem na tarde de ontem (08) a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Curitiba.

O grupo de trabalhadores saiu do acampamento em frente ao INCRA para participar da atividade, e no final da tarde retornou.

A coordenadora do Setor de Produção no estado, Ceres Hadich, comenta que a ocupação da Conab foi para apresentar as demandas do Movimento, mas também para defender a empresa estatal. Ainda segundo ela, a pauta foi apresentada ao superintendente da Conab, Erli de Pádua Ribeiro, que a enviou para Brasília e demais diretores, e no final da tarde teve um retorno.

“A Conab acolheu com respeito tanto nossa mobilização, quanto nossa pauta, e se comprometeu nos próximos dias a restituir esse orçamento de 70 milhões que havia sido retirado, por consequência isso vai garantir a continuidade de todos os projetos previstos para o Paraná, e para outros estados do Brasil.”

Além disso, houve um comprometimento em agilizar o andamento dos processos que estão na Companhia referente aos assentamentos, e principalmente fortaleceu essa relação e o respeito dos funcionários para com os trabalhadores. Uma vez que, o Movimento entende que é preciso defender essa empresa pública, estatal, e que ela deve atuar em função da agricultura familiar camponesa e dos agricultores.

Juiz determina saída de famílias acampadas na Floresta Nacional. Fábio Reis. Site do MST, 09/06/2016.

Ocupada pelo MST no último sábado (04), a área da floresta nacional tem cerca de 800 hectares são de árvores exóticas (pinus)

Nesta terça-feira (07), o Acampamento Marcelino Chiarello, recebeu a visita do juiz da 1ª Vara Federal de Chapecó, Gueverson Rogério Farias, do delegado da polícia Federal e representantes do Ministério Público.

Junto com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) realizaram vistoria na área da floresta nacional, ocupada pelo MST no último sábado (04), e propuseram um acordo de saída da área, porém não houve consenso no acordo e uma audiência foi marcada para esta quarta-feira (08), na 1ª Vara Federal.

Nesta audiência o Ministério Público levantou os pontos com relação aos impactos que as famílias causariam no local, caso permanecessem por muito tempo, mas elas montaram o acampamento em um local aberto não agredindo a natureza existente, tendo em vista o cuidado com a floresta.

Para a coordenadora do MST, Camila, a luta continua, pois nada justifica o Governo gastar um imenso recurso para manter uma reserva de pinus, quando é possível reverter a situação, algo que depende apenas da vontade política do governo.

O juiz também ponderou a questão das crianças do local e pela situação precária que estão passando, bem como a proteção das pessoas. Nesse sentido, chegou-se a um acordo de 20 dias para que o MST desocupe a área. Porém o Movimento reivindica que o INCRA realoque as famílias acampadas para uma área, seja a Floresta Nacional ou não.

De acordo, Camila, a reserva nacional não cumpre com a sua função social, já que cerca de 800 hectares são de árvores exóticas (pinus), por isso ela deve ser destinada a Reforma Agrária.

Movimentos do Campo ocupam o INCRA em Palmas. Messias Barbosa. Site do MST, 09/06/2016.

O ato faz parte da Jornada Nacional de Luta Unitária, e uma das principais pauta é o Fora Temer e a restituição do MDA

Na manhã desta quinta-feira (09), movimentos do campo ocuparam a sede do INCRA em Palmas, Tocantins.

O ato faz parte da Jornada Nacional de Luta Unitária, e uma das principais pauta é o Fora Temer e a restituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Antônio Marcos, da coordenação do MST, afirma que os movimentos não reconhecem governo ilegítimo de Michel Temer e que a extinção do MDA é um retrocesso na pauta agrária da agricultura familiar camponesa.

Já Judite da Rocha, integrante do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), afirma o "Fora Temer. E que não dá para aceitar a forma como esse governo tem tratado as questões políticas para o campo... Estamos perdendo direitos conquistados", frisou.

O INCRA seguirá ocupado até a sexta¬-feira (10), quando será realizado um ato puxado pela Frente Brasil Popular (FBP), no qual os trabalhadores e trabalhadoras rurais estarão mobilizados com outras organizações da cidade pelo Fora Temer.

Participam da mobilização no INCRA, o MST, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), a Federação dos Trabalhadores do Estado do Tocantins (Fetaet), o Movimento dos Atingidos Pela Barragem (MAB), a Alternativa Para a Pequena Agricultura no Tocantins (APATO), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Coordenação dos Quilombolas no Tocantins.

Incra e Fetraf discutem pauta de reforma agrária no Distrito Federal. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/06/2016

O presidente do Incra, Leonardo Góes, recebeu em audiência o coordenador geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Distrito Federal e Entorno (Fetraf-DF), Anaildo Porfírio. O encontro ocorreu nesta segunda-feira (13), na sede da autarquia, em Brasília (DF).

O representante da Federação apresentou pautas com demandas de obtenção de imóveis rurais para assentamento de famílias e de investimentos em infraestrutura, concessão de crédito e titulação de parcelas em projetos de assentamento no Distrito Federal e entorno.

Porfírio disse ainda que a Fetraf e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano vão apresentar nos próximos dias proposta de parceria ao Incra para desenvolvimento de pesquisa e assessoria na implantação de projetos visando a organização produtiva de diversos assentamentos no país. “A Federação pode ajudar na construção de um meio rural com mais igualdade e oportunidades, já que a nossa pauta contribui com o fortalecimento dos assentamentos”, afirmou.

Leonardo Góes destacou que a contribuição dos movimentos sociais e sindicais do campo é importante para a construção e o aprimoramento de políticas voltadas à agricultura familiar. Ele esclareceu também que o Incra vai analisar as demandas apresentadas pela Fetraf com o objetivo de assegurar o atendimento.

MST ocupa prefeitura de Atalaia e cobra políticas públicas para as áreas de Reforma Agrária. Gustavo Marinho. Site do MST, 14/06/2016.

Nas reivindicações levadas ao município, os Sem Terra destacam quatro grandes eixos de demandas para o campo em Atalaia: educação, saúde e infraestruturas sociais e produtivas.

Desde o início da manhã de hoje (14) cerca de 200 Sem Terra ocupam a prefeitura do município de Atalaia, Zona da Mata de Alagoas, onde reivindicam políticas públicas para as áreas de assentamento e acampamento da cidade. Nas demandas, os camponeses cobram do poder público municipal políticas estruturantes para as áreas de Reforma Agrária no município.

De acordo com a coordenação do MST na região, essa é mais uma ação de cobrança dos camponeses. “Não é a primeira vez que precisamos vir até aqui para lembrar a prefeitura dos homens, mulheres, jovens e crianças que vivem nas áreas de

acampamento e assentamento da Reforma Agrária em Atalaia. É preciso que o município garanta as mínimas condições para que nós possamos viver dignamente, com direito ao acesso à educação, saúde, fomento à agricultura, iluminação pública", destaca a coordenação do movimento.

Nas reivindicações levadas ao município, os Sem Terra destacam quatro grandes eixos de demandas para o campo em Atalaia: educação, saúde, além de infraestruturas sociais e produtivas.

No campo da educação, a manifestação exige da prefeitura a reforma e ampliação da Ciranda Infantil Dorcelina Folador, localizada no assentamento Milton Santos, que recebe crianças dos assentamentos, acampamentos e povoados da região.

"Não podemos aceitar o descaso da prefeitura com esse importante espaço para os trabalhadores e trabalhadoras rurais em Atalaia. A Ciranda é uma conquista, mas que precisamos garantir que ela funcione de maneira efetiva, com condições dignas de funcionamento para receber as crianças da região", afirmam.

A pauta também exige a abertura e a reforma em outras escolas nos assentamentos do município.

A ação cobra da prefeitura o fomento de atividades produtivas no município, em especial envolvendo os jovens que vivem nas áreas de assentamento, além da construção de uma unidade de beneficiamento de macaxeira para geração de trabalho e renda aos camponeses.

"Atalaia é um município com diversos acampamentos e assentamentos da reforma agrária e o poder municipal não pode ignorar a vida e a realidade dos que vivem no campo, como uma questão que também precisa ser encarada pelo conjunto do município. Nossas demandas aqui são as necessidades básicas para garantir que todos possam viver no campo de maneira digna todas as dimensões da vida", disse a coordenação do MST.

Cimi condena ataque paramilitar no MS contra comunidade GUarani-Kaiowá. Site do MST, 15/06/2016.

No massacre, foram vitimados ao menos seis feridos à bala e resultou na morte do jovem indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, de apenas 26 anos.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) emitiu na última terça-feira (14) uma nota condenando o ataque covarde de pistoleiros no Mato Grosso do Sul contra a comunidade Guarani-Kaiowá. No massacre, foram vitimados ao menos seis feridos à bala e resultou na morte do jovem indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, de apenas 26 anos. "O Cimi solidariza-se com os Guarani-Kaiowá, especialmente com os familiares da liderança assassinada e dos feridos, e exige que o Ministério da Justiça tome providências imediatas e efetivas a fim de fazer cessar os ataques paramilitares contra comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul", diz trecho da nota. Confira:

Nota do Cimi sobre o Massacre de Caarapó e o assassinato do Guarani e Kaiowá Clodiodi de Souza

O Conselho Indigenista Missionário – Cimi denuncia e repudia a ação paramilitar realizada por fazendeiros contra famílias do povo Guarani-Kaiowá, do tekohá Tey Jusu, na região de Caarapó, no estado do Mato Grosso do Sul, nesta terça-feira, 14, que resultou no assassinato do jovem Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza Guarani-Kaiowá, 26, além de ao menos seis feridos à bala, inclusive uma criança de doze anos baleada no abdômen.

Constatamos, com preocupação, que ações paraestatais realizadas por setores do agronegócio tem sido recorrentes no Mato Grosso do Sul. Desde agosto de 2015, quando foi assassinado o líder Simeão Vilhalva, no tekohá Nhenderú Marangatu, foram registrados mais de 25 ataques paramilitares contra comunidades do povo Guarani-Kaiowá no estado. Demonstrando profundo desrespeito ao Estado de Direito e agindo na completa impunidade, latifundiários têm optado pela prática corriqueira da “injustiça pelas próprias mãos” no estado.

Consideramos que a atuação de parlamentares ruralistas na tentativa de aprovar proposições legislativas, como a PEC 215/00, e no âmbito de Comissões Parlamentares de Inquérito, como a CPI do Cimi e a CPI da Funai/Incra, contribuem para aprofundar o sentimento de ódio aos indígenas, agravando ainda mais a situação de violência contra os povos originários no Brasil e, de modo especial, no Mato Grosso do Sul.

O Cimi solidariza-se com os Guarani-Kaiowá, especialmente com os familiares da liderança assassinada e dos feridos, e exige que o Ministério da Justiça tome providências imediatas e efetivas a fim de fazer cessar os ataques paramilitares contra comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul, bem como, para identificar e punir os assassinos de mais uma liderança indígena daquele estado.

Causa vergonha nacional e internacional ao Brasil o fato de setores do agronegócio exportador de commodities agrícolas continuar assassinando líderes de povos originários de nosso país.

O genocídio Guarani-Kaiowá avança pelas mãos do agrocrime no Mato Grosso do Sul.

Sem Terra reivindicam Reforma Agrária durante audiência pública. Site do MST, 16/06/2016.

O auditório da Câmara de Vereadores de Juazeiro foi palco da mística, do trabalho coletivo, das músicas e da diversidade produtiva que existe nas áreas de Reforma Agrária.

Na manhã dessa última terça-feira (14), o auditório da Câmara de Vereadores de Juazeiro foi palco da mística, do trabalho coletivo, das músicas e da diversidade produtiva que existe nas áreas de Reforma Agrária no Norte da Bahia.

O MST em parceria com o mandato do vereador Tiano Felix (PT) realizou uma audiência pública com o tema “Os desafios para construção da Reforma Agrária Popular”, com o objetivo de problematizar o descumprimento dos acordos firmados sobre as áreas localizadas nos perímetros irrigados em Juazeiro e nas cidades de Curaçá, Casa Nova e Sobradinho.

Um dos acordos foi a realização do processo de desapropriação das terras do perímetro e a garantia de manutenção do abastecimento de água.

O auditório da Câmara ficou pequeno para quantidade de trabalhadores Sem Terra que reivindicavam a retomada da Reforma Agrária como prioridade do Governo Federal.

De acordo com Evanildo Costa, da direção nacional do MST, é preciso avançar significativamente com a pauta dos trabalhadores Sem Terra e para isso, a luta contra o modelo de produção do agronegócio é essencial.

Ele afirmou ainda, que "o governo golpista e interino de Michel Temer (PMDB) simboliza um retrocesso nas políticas conquistadas pela classe trabalhadora, por isso é necessário ocupar as ruas para garantir desenvolvimento social aos camponeses e camponesas".

Para Tiano Félix, os trabalhadores precisam de estrutura e a regulamentação da água nas comunidades com urgência, porém a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) não avança no processo.

“As famílias querem pagar pela água que consomem e que irriga os lotes nos acampamentos. Várias reuniões e acordos foram firmados para a regulamentação e nada foi cumprido”, alertou.

Tiano disse também, que o fortalecimento da Reforma Agrária só tem a melhorar a vida das pessoas construindo soberania alimentar e financeira na região. “No projeto Salitrinho, Adutorinha, Tourão 1 e 2, onde estão localizados alguns acampamentos, as famílias estão garantindo mais de 300 empregos diretos e indiretos, com mais de 2 mil pessoas envolvidas”.

Luta histórica

Há mais de 15 anos as famílias acampadas na região do Salitre estão aguardando a regularização das terras e o beneficiamento da água para o processo de irrigação e nada foi comprido.

Desde o início dessa semana, mais 4 mil Sem Terra estão mobilizados em toda Bahia pautando a retomada das políticas agrárias que estão paralisadas e afirmaram, com a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) “a situação fica mais difícil”.

Jovenilson Teixeira, da direção do MST, enfatizou que as famílias estão vivendo em situação precária e sem direitos básicos. “Por isso estamos utilizando os espaços públicos como a Câmara de Vereadores para pautar as necessidades da classe trabalhadora”.

Movimentos populares se posicionam contra morte de indígenas no MS. Site do MST, 16/06/2016.

Diante deste momento de extrema violência, é necessário que digamos que os ruralistas não nos alimentam. Muito menos nos representam.

Marçal de Souza, Marcos Veron, Dorival Benites, Dorvalino Rocha, Xurite Lopes, Ortiz Lopes, Oswaldo Lopes, Genivaldo Vera, Rolindo Vera, Teodoro Ricarde, Nízio Gomes, Oziel Gabriel, Simião Vilhalva e Clodiodio de Souza são alguns dos mais de 390 indígenas assassinados em Mato Grosso do Sul em decorrência da luta pela terra nos últimos anos.

O dia 14 de junho de 2016 entra para a história como o dia que todos os limites foram extrapolados pelos fazendeiros da região de Caarapó, município que fica aproximadamente a 250 km da capital Campo Grande.
Não é a primeira vez e com certeza não será a última que os latifundiários se organizam em ações paramilitares contra os indígenas Kaiowá e Guarani na região.

A ação organizada pelos fazendeiros com apoio do Sindicato Rural de Caarapó escancara o genocídio em curso contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul. O ataque realizado na fazenda Yvu, retomada pelos indígenas, contou com caminhonetes, rojões e tiros. O massacre que resultou na morte do agente de saúde indígena Clodiodio de Souza e deixou diversos feridos, alguns hospitalizados em estado crítico.

A lista com denúncias de violações de direitos humanos e ataques contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul é extensa e tem reconhecimento internacional.

Na mesma região onde aconteceu o conflito, no ano de 2013, na área indígena Pindo Roky, o jovem Denilson Barbosa foi assassinado enquanto pescava. Há também

denúncias de ataques químicos realizados em 2015 por aviões que despejam agrotóxicos por cima da comunidade na terra indígena de Tey'Jusu.

No entorno de Dourados existe um acampamento na área indígena de Apyca'í liderado por dona Damiana, que está espremido em meio à plantação de cana e a BR-463. A Fazenda Serrana, onde incide a área de retomada, foi arrendada para o proprietário da Usina São Fernando, José Carlos Bumlai, preso em uma das fases da Operação Lava-Jato; o megaempreendimento contou com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS).

Em uma decisão judicial de reintegração de posse para essa pequena área, o juiz Fábio Kaiut Nunes requereu ao Ministério da Justiça o apoio da Força Nacional para fazer o despejo.

Nessa área já morreram mais de seis pessoas na luta pela demarcação de seu território. Os indígenas disseram que vão resistir à ordem de despejo e não saíram da área. Diante desse cenário, o despejo é mais um instrumento que evidencia a prática genocida do Estado brasileiro, vinculada ao agronegócio e à manutenção dos latifúndios em terras indígenas.

Há uma evidente tentativa de criminalizar os apoiadores e os povos indígenas, com diversas CPI's que tramitam em âmbito legislativo federal e estadual, a exemplo da CPI do Cimi, da Funai e do Incra. A CPI do Genocídio reivindicada pelos indígenas e movimentos sociais na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul foi desmontada pela bancada ruralista estadual.

Esse ataque demonstra mais uma vez que existe ação e omissão do Estado de Mato Grosso do Sul no caso de violências contra os povos indígenas, contando com apoio dos setores do agronegócio que angariam fundos e forças políticas em nível nacional para inviabilizar as demarcações de terras indígenas.

Em um momento de instabilidade política nacional, o Estado brasileiro e as forças de segurança parecem dar o aval para os ruralistas, assim como para as suas instituições de representação praticarem ações criminosas e violentas contra os indígenas que resistem em ceder seus territórios tradicionais para o deserto da monocultura.

Em meio a discursos agressivos e de incitação à violência contra os povos indígenas, a bancada ruralista esbraveja dizendo que o agronegócio sustenta o Produto Interno Bruto (PIB).

De fato é uma realidade, porém a quem tem servido esse modelo de desenvolvimento? Esse cenário de extrema violência e de grande utilização de agrotóxico obriga-nos a pensar novas alternativas de produção.

Diante deste momento de extrema violência, é necessário que digamos que os ruralistas não nos alimentam. Muito menos nos representam. Quem alimenta a população brasileira são os pequenos produtores! Como dizem os indígenas: os ruralistas de hoje são os bandeirantes de ontem.

Repudiamos o massacre e pedimos investigações do ocorrido na região de Caarapó; posicionamo-nos contra a reintegração de posse da área indígena de Apyca'í no município de Dourados.

Basta de genocídio contra os povos indígenas de Mato Grosso do Sul! Pela imediata demarcação dos territórios indígenas!

Sem Terra desocupam Codevasf em Juazeiro, na Bahia. Site do MST, 16/06/2016.

Os Sem Terra levantaram acampamento e irão aguardar o prosseguimento da pauta reivindicatória.

Em assembleia realizada na noite dessa última quarta-feira (15), os trabalhares e trabalhadoras Sem Terra decidiram desocupar a sede da 6º Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), em Juazeiro, no norte da Bahia.

A decisão foi tomada a partir de alguns acordos firmados em reunião entre a superintendente interina da Codevasf, Andrea Arraes, o vereador Tiano Felix (PT) e o articulador político do MST, Jovanildo de Jesus.

Os acordos foram ajustados após audiência pública realizada na Câmara Municipal de Juazeiro em que foi encaminhada à presidência da Codevasf, em Brasília, um documento solicitando uma audiência do MST o com a então presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Reivindicações

A audiência realizada na Câmara foi requerida pelo vereador Tiano e contou com a participação de outros vereadores do município e Curaçá. Na ocasião, foi denunciado o descaso do poder público com os assentamentos e acampamentos, ligados ao MST e ao Projeto Pedra Branca, no Sistema Itaparica, nos municípios de Curaçá e Abaré.

Segundo Tiano, as denúncias serão encaminhadas ao Ministério Público Federal, para ele: "é importante forçarmos para que o estado brasileiro tome providencias para com a situação de precariedades nessas áreas de Reforma Agrária".

Os trabalhadores do MST levantaram acampamento e irão aguardar o prosseguimento da pauta reivindicatória e se não houver quaisquer avanços, poderão retomar as ocupações por tempo indeterminado.

A reunião com o Incra foi agendada para essa quinta-feira (16), em Salvador - BA.

Histórico

A ocupação da Codevasf em Juazeiro começou no último domingo (13), na avaliação de Jovanildo a ação foi positiva.

"Após quatro dias, conseguimos apresentar nossa pauta junto à Codevasf e Incra. Ainda realizamos uma importante audiência na Câmara Municipal, o que nos fortaleceu e reforçou a importância da luta pela Reforma Agrária no estado".

Sem Terra ocupam Incra na Bahia. Site do MST, 16/06/2016.

“Apenas com solidariedade de classe conseguiremos avançar significativamente na luta contra o capital e por direitos historicamente conquistados”, afirmou Evanildo Costa, da direção nacional do MST.

Na última quarta-feira (8), mais de mil trabalhadores Sem Terra ocuparam a sede doInstituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na capital baiana em repúdio à extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) feita pelo governo golpista e interino de Michel Temer (PMDB).

Na ocupação diversas reivindicações foram pautadas junto ao Instituto que vem sofrendo com o sucateamento de suas atividades.

Para o MST no estado, não apenas os camponeses e camponesas serão afetados com a supressão do MDA, os funcionários que atuam diretamente no órgão também são atingidos.

Na ocasião, café da manhã que reuniu os servidores do Incra em um grande ato de solidariedade e de luta contra os retrocessos políticos que a classe trabalhadora vem sofrendo com o governo de Temer foi realizado na ocupação.

A mística que embala os espaços de luta do MST também esteve presente apontando a unidade de classe como ponte estratégica para avançarmos na luta por direitos.

“Apenas com solidariedade de classe conseguiremos avançar significativamente na luta contra o capital e por direitos historicamente conquistados”, afirmou Evanildo Costa, da direção nacional do MST.

“Ocupamos o Incra para denunciar o descaso com que as políticas agrarias vem sendo tratada neste país e construir unidade com os servidores, pois a luta é de todos e a Reforma Agrária precisa ser entendida como uma política estruturante para garantir o desenvolvimento e a soberania do nosso país”, disse.

Além dos servidores e dos trabalhadores Sem Terra, representações da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado da Bahia (SINTSEF/BA) e da Associação dos Servidores do Incra no Estado da Bahia (Assincra/BA) foram prestar solidariedade as lutas.

Sucateamento

Entre as diversas questões apontadas pelos servidores do Incra, a reestruturação do órgão, melhorias para os funcionários e o pagamento dos trabalhadores terceirizados são os principais pontos. Além disso, denunciam o descaso político que o governo vem tendo com o órgão e afirmam ainda, que as superintendência estão abandonas e em algumas, a linha telefônica foi cancelada.

Ao final do café, foi construído um documento assinado pelos movimentos e organizações presentes, inclusive pelo MST, reafirmando a necessidade de melhorar as

estruturas do Incra, a volta do MDA e repudiando o golpe institucional implementado no país com o impeachment de Dilma Rousseff.

Em MG, cupação da Funarte recebe o lançamento do Festival Nacional da Reforma Agrária. Gianini Hackbardt. Site do MST, 17/06/2016.

Os artistas que ocuparam a Funarte Minas Gerais, após 30 dias de resistência, decidiram naquele dia ampliar as ações e partir para outra direção.

Está lançado o Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária. O ato aconteceu na Funarte Minas Gerais (Fundação Nacional de Artes de Minas Gerais), no dia 15 de junho, quando a ocupação completou um mês de luta. O Movimento anunciou o festival diante de aproximadamente 400 pessoas, público atento às palavras dos oradores da noite, João Pedro Stédile e Guê Oliveira.

“Estamos numa verdadeira trincheira pela Democracia e a forma mais pedagógica e didática para defender ideias é a cultura. Dilma vai voltar. Mas tem que voltar com outra estrutura, próxima ao povo”, cobrou João Pedro, da Coordenação Nacional do MST. Guê, do Coletivo Nacional de Cultura, completou "a gente costuma dizer que usa a palavra para chegar às pessoas; arte e cultura para tocar as almas".

Essa é a intenção do MST ao organizar um Festival em meio ao caos político que o Brasil enfrenta. Sensibilizar os trabalhadores, traduzir para a sociedade o que se constrói em décadas de ocupação e enfrentamento às injustiças da sociedade. E ainda, demarcar mais uma trincheira de resistência ao golpe e defesa da democracia.

A festa teve sequencia com shows de artistas mineiros. Subiram ao palco Titane, Vander Lee e os violeiros Wilson Dias, Rubinho do Vale e Pereira da Vila. A noite anunciou a grande celebração que acontecerá entre os dias 20 e 24 de julho, na capital mineira.

A programação inclui shows nacionais, uma grande feira, com produtos regionais da Reforma Agrária; gastronomia típica do interior do país; debates; muita poesia e muita música.

Participe

As inscrições para a Mostra de Poesia “Versando Rebeldia” e para o II Festival Nacional de Música, que trás o verso “Da luta brotam vozes de Rebeldia” como tema, foram prorrogadas para o dia 30 de junho. Todos os interessados podem acessar os regulamentos e se inscrever gratuitamente aqui.

Encerramento da ocupação

Os artistas que ocuparam a Funarte Minas Gerais, após 30 dias de resistência, decidiram naquele dia ampliar as ações e partir para outra direção.

De acordo com a nota que lançaram é preciso ocupar toda a cidade, “conclamamos a todas e a todos que protagonizaram essa luta a construírem conosco o Levante Nacional da Cultura para seguirmos em movimento! Estamos mais fortalecidos para essa grande tarefa. Continuaremos ocupando e resistindo contra o golpe e por nenhum direito a menos!”, convocaram.

Feira da Reforma Agrária e Economia Solidária comercializa mais de 90 toneladas de produtos no Festival da Utopia. Maria Aparecida. Site do MST, 17/06/2016.

Uma programação cultural recheada de muita música e arte, seminários de formação e uma área de alimentação destinada à Culinária da Terra serão outros atrativos presentes na Feira.

Durante os dias 22 a 26 de junho acontece em Maricá, cidade litorânea do Rio de Janeiro, o I Festival Internacional da Utopia. Organizado em parceria com redes culturais e movimentos sociais, como MST, Levante Popular da Juventude, Fora do Eixo e outros, o Festival tem realização da Prefeitura Municipal de Maricá.

Na programação, diversas atividades gratuitas e abertas a toda sociedade. Dentre as atividades, estará a Feira da Reforma Agrária e Economia Solidária Paulo Kageyama. O evento pretende comercializar mais de 90 toneladas de produtos oriundos de assentamentos do próprio MST e da Economia Solidária, além de artesanatos produzidos nesses espaços.

Uma programação cultural recheada de muita música e arte, seminários de formação e uma área de alimentação destinada à Culinária da Terra serão outros atrativos presentes na Feira.

A estimativa é que 200 agricultores e agricultoras das cooperativas de sete estados em que o MST está organizado e integrantes de organizações vinculadas à Secretaria de Economia Solidária estejam presentes na feira divulgando e comercializando suas produções à população maricaense e aos participantes do Festival.

Para Adalberto Oliveira, do Setor de Produção do MST, feiras como esta são muito importantes, principalmente porque "rompem a lógica do mercado convencional e o diálogo se dá, diretamente, entre produtor e consumidor. Ambos ganham, por venderem e acessarem mais facilmente produtos de qualidade a um preço justo".

Andréa Matheus, também do Setor de Produção do MST, reafirma e coloca ainda outras questões importantes sobre a realização das feiras da Reforma Agrária de maneira geral e desta no Festival da Utopia. "As feiras da Reforma Agrária e Economia Solidária trazem a pauta da importância da produção de alimentos agroecológicos para a população, bem como coloca a necessidade da Reforma Agrária na pauta do dia. Neste espaço, tem uma importância ainda maior porque dialoga com os temas centrais do Festival."

Homenagem

Nesta edição, a Feira homenageia o agrônomo, professor e militante da Reforma Agrária Paulo Kageyama, falecido no mês passado. Paulo Kageyama era professor titular da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ-USP), membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e consultor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

"Nada mais justo do que essa homenagem, já que ele sempre acreditou e pautou a importância e necessidade da realização da Reforma Agrária no Brasil, assim como da produção agroecológica nos assentamentos já consolidados", reforça Andréa Matheus. "A construção destes processos define fortemente o pensamento do companheiro Paulo Kageyama para a agricultura brasileira", finaliza.

MST repudia massacre em terras Guarani Kaiowá no MS. Site do MST, 17/06/2016.

"A cana-de-açúcar, a carne bovina e a soja no Mato Grosso do Sul tem sangue indígena", diz trecho da nota.

O MST emitiu nesta sexta-feira uma nota condenando veementemente o massacre ocorrido no interior do Mato Grosso do Sul contra a comunidade Guarani e Kaiowá, ocorrido no último dia 14/06, quando 20 foram feridos à bala e o indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues foi brutalmente assassinado. "Repudiamos o clima cotidiano de terror, tensão, medo, dor e angustia provocado nas crianças e idosos indígenas que vivem nessa região", diz parte da nota. E complementa: "a cana-de-açúcar, a carne bovina e a soja no Mato Grosso do Sul tem sangue indígena".

Confira a íntegra da nota:

OPERAÇÃO-MASSACRE DE INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL

Esta ocorrendo uma “operação-massacre” contra os povos indígenas Guarani e Kaiowá! Denunciamos o avanço do modelo de produção do agronegócio no estado do Mato Grosso do Sul: o agrocrime!

Era uma manhã fria e ensolarada, 14 de junho em Caarapó. Poderia ter sido mais um dia normal da semana, mas foi um dia de terror: na fazenda Yvu, onde estavam famílias indígenas, entre elas senhoras idosas, jovens, homens, mulheres e crianças (seres humanos como nós), bem ali, na retomada de sua terra ancestral, mais uma vez o chão do Brasil foi regado com sangue do irmão indígena. Desta vez foi Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza de 26 anos, pai de família e agente de saúde, assassinado durante a operação-massacre pelas balas que matam. Nas palavras dos indígenas, “a sua alegria silenciou”. Honrando seu juramento como agente de saúde, Clodiodi correu corajosamente para atender outro indígena baleado. Não pensou duas vezes, no meio da chuva de balas, foi atingido, caiu, levantou de novo, tentou correr e caiu já sem vida. Todo seu corpo ficou vermelho em poucos segundos.

Uma máquina escavadeira estava no local e junto com ela mais de 160 caminhonetes. Segundo informação dos sobreviventes, os assassinos também queriam o corpo do Clodiodi. Pretendiam jogar seu corpo dentro de um buraco onde colocaram todos os pertences das famílias indígenas, roupas e alimentos que ardiam em fogo. Numa ação de valentia, tentando retirar o corpo tombado entre meio às balas letais e de grosso calibre, outros indígenas conseguiram resgatar Clodiodi mas também foram alvejados. Muitos estão ainda no hospital com três, quatro ou cinco tiros em regiões da cabeça, coração e abdômen, atiraram neles para matar. O massacre produziu mais de 20 feridos, entre estes uma criança de 12 anos internada em estado grave com o fígado e rim atingidos e mais quatro adultos no mesmo nível de gravidade. Neste 16 de junho, no ritmo do mbaraka e rituais indígenas Guarani e Kaiowá, Clodiodi foi enterrado com lágrimas, tristezas e muita revolta.

Por estes fatos repudiamos a ação deliberada paramilitar e paraestatal, realizada pelo agronegócio e os declarados “produtores rurais” com apoio explícito dos meios de comunicação, especialmente da afiliada local da Rede Globo, a TV Morena, que se coloca ao lado dos assassinos e distorce a verdade dos acontecimentos. Repudiamos a queima de todos os barracos e poucos pertences dos indígenas. Repudiamos o clima cotidiano de terror, tensão, medo, dor e angustia provocado nas crianças e idosos indígenas que vivem nessa região. Nenhum fazendeiro foi ferido nem intimado. Não houve inquérito policial nem boletim de ocorrência imediatos. O chamado setor agroexportador de commodities agrícolas é quem assassina indígenas. A cana-de-açúcar, a carne bovina e a soja no Mato Grosso do Sul tem sangue indígena.

Repudiamos também que em agosto de 2015, quando foi assassinado o líder Simeão Vilhalva no tekoha Ñanderu Marangatu, foram registrados mais de 26 ataques paramilitares contra comunidades do povo Guarani e Kaiowá no estado. Há uma clara demonstração de rasgar a Constituição Federal de 1988, e junto com ela as conquistas dos povos do campo dando carta branca para os latifundiários agirem na completa impunidade e ilegalidade e pelas próprias mãos, que seguem ameaçando próximo às retomadas e prometem matar mais indígenas.

Solidarizamos-nos e somamos as nossas forças com os irmãos indígenas, saibam que um morto indígena é um dos nossos, o seu sangue derramado nessa terra é o nosso sangue. Não vamos baixar as bandeiras perante as balas que matam. A cada gota de

sangue e lágrima nos tornamos mais fortes e solidários. Nem um minuto de silêncio, sim uma vida toda de luta!

Que vivam os irmãos Guarani e Kaiowá! Sua luta é a nossa luta.

O que há entre o domínio da terra e o genocídio indígena? Site do MST, 22/06/2016.

A expulsão dos povos nativos de suas terras para posterior distribuição a indivíduos não-indígenas responde a uma lógica do uso da terra para exploração, especialmente por meio da produção agrícola.

"O que se passa no Mato Grosso do Sul é mais do que uma simples defesa da propriedade privada pelos produtores rurais que será exitosa com a morte do índio x ou y. Ou de mais uma demonstração de incompetência do Estado em relação a questões de segurança pública. É uma tentativa de extermínio do povo Guarani e Kaiowá que se tornou um excedente no seu próprio território nativo".

O alerta é de Fernanda Frizzo Bragato, doutora em Direito, pós-doutora pela University of London, professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Direito da Unisinos e coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos na Unisinos, em artigo publicado por Empório do Direito.

Eis o artigo:

O Estado do Mato Grosso do Sul foi palco, na última terça-feira, 14 de junho, de mais um ataque de pistoleiros armados contra a comunidade Guarani e Kaiowa da terra indígena Dourados-Amambai Peguá, município de Caarapó. De acordo com notícia veiculada no website do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)[1], um brutal ataque de fazendeiros deixou morto o Kaiowá e agente de saúde indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, 23 anos.

No ataque, que durou 4 horas, outros seis indígenas foram feridos por armas de fogo e encaminhados ao hospital. Outras seis pessoas – entre elas, uma criança de 12 anos – estão internadas no hospital. Cinco delas estão em situação grave, com tiros no coração, cabeça, tórax e abdômen. O massacre foi uma resposta à retomada realizada pelos

Kaiowás na fazenda Yvu, vizinha à reserva de Te'yikue e incidente sobre a terra indígena em processo de demarcação pelo Ministério da Justiça (MJ).

Retomadas de terras reivindicadas pelos Guaranis e Kaiowas no Mato Grosso do Sul como tradicionalmente ocupadas, por força do art. 231, da Constituição de 1988[2], têm sido uma estratégia utilizada por este povo para reaver aquelas que, no período de 1940-80, lhes foram sistematicamente espoliadas em benefício de indivíduos brancos. Trata-se, também, de uma forma de pressionar o governo federal para que proceda à demarcação de suas terras, providência que deveria ter sido concluída até cinco anos após a promulgação da Constituição, conforme art. 67 do ADCT.

O CIMI estima que, além das 30 terras indígenas Guarani e Kaiowá naquele Estado em algum estágio do processo demarcatório (identificação, declaração, demarcação e regularização), ainda há cerca de 25 acampamentos aguardando que a FUNAI dê início aos estudos que ainda resultarão na abertura de processos de demarcação. Em geral, o cenário é de intensa instabilidade, havendo poucas áreas já regularizadas e livres de tensão entre indígenas e fazendeiros.

O recente ataque na Terra Dourados-Amambai Peguá não é um fato isolado no Mato Grosso do Sul, mas tem-se caracterizado como uma ação constante de grupos armados que, a mando de fazendeiros, respondem às retomadas das terras com ofensivas que resultam na morte e na lesão de indígenas e na destruição total ou parcial de seus acampamentos. As forças de segurança do Estado, mesmo cientes do fato, pouco fazem para prevenir ou reprimir os ataques e as tentativas de solucionar o problema das demarcações pouco avançaram nos últimos anos, levando ao acirramento do quadro de violência.

A expulsão dos povos nativos de suas terras para posterior distribuição a indivíduos não-indígenas responde a uma lógica do uso da terra para exploração, especialmente por meio da produção agrícola. Trata-se de uma lógica quase sagrada da cultura ocidental, assumida pelos Estados como um propósito legítimo de suas políticas públicas de ocupação e uso da terra. Por isso, a íntima relação do Estado com a espoliação das terras indígenas em passado remoto (na medida em que foi o agente de tais políticas) e a explicação para sua atual leniência no que concerne à prevenção e à repressão dos atos criminosos de fazendeiros a pretexto do legítimo direito de defesa de suas propriedades.

A tradição filosófica do Ocidente sempre legitimou o domínio dos bens apelando ao uso da razão, ao passo que estabeleceu a hierarquia entre os seres mais perfeitos e os menos perfeitos. Dizia Tomás de Aquino: “o homem tem o domínio natural sobre as coisas exteriores. Pois, pela razão e pela vontade, pode delas usar para sua utilidade, como se para ele fossem feitas. Pois sempre os seres menos perfeitos existem para os mais perfeitos, como já foi demonstrado. […] E tal domínio natural sobre as outras criaturas compete ao homem, porque é dotado de razão, na qual consiste a imagem de Deus.

Ele se manifesta na sua criação mesma quando Deus diz: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, e que domine sobre os peixes do mar…”[3]. Ou seja, além de o homem, indivíduo racional, encontrar-se acima de todos os demais seres da criação, a sua perfeição reside no uso da razão, o que permite hierarquizar, mesmo dentro da espécie humana, os mais e os menos racionais, sendo os últimos aqueles que se encontram mais próximos dos animais e da natureza dominável. Para estes a posse das coisas não é natural. Como seres inferiores, que não sabem fazer uso racional das coisas porque lhes falta agência e autonomia, justifica-se a tutela.

Alguns séculos mais tarde, os europeus encontrar-se-iam justamente com o exemplo mais bem acabado de seres imperfeitos que desconhecem qualquer tipo de relação racional com a terra e os bens: os povos nativos da então descoberta América. E é assim até hoje. Guardadas as devidas diferenças que caracterizam, somente no Brasil, as aproximadamente 300 diferentes etnias, os povos indígenas concebem e estabelecem a sua relação com a terra de forma profundamente diversa daquele que nós, povos ocidentais, estabelecemos. Veem-se como parte dela, não a usam com fins de exploração econômica.

A terra é a base física de seus territórios, espaço imprescindível para o desenvolvimento de seu modo de vida. Essa forma de relação dos indígenas com a terra é inaceitável para os padrões ocidentais que veem nela tão-somente um recurso econômico, algo do qual nos apossamos para extrair o máximo de riquezas que possa nos fornecer.

O problema de reconhecer as terras aos Guaranis e Kaiowas no Mato Grosso do Sul (e, de resto, aos demais povos indígenas) não é uma questão meramente jurídica que se resolva nos termos do Direito Civil tradicional, em que o título de propriedade devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis possa se opor ao direito originário dos índios. Todos nós sabemos que a ocupação tradicional concede uma

espécie de direito congênito dos povos indígenas a suas terras e, portanto, títulos de propriedade formal são insubsistentes, não têm valor, mesmo que adquiridos de boa-fé[4].

O problema é mesmo ideológico. É um embate entre duas visões de mundo. Uma dominante (sobretudo encarnada nas normas do Direito Civil) e outra marginal e desprestigiada pelo mais convicto e remoto arsenal ideológico da cultura ocidental (mas reconhecida pela Constituição de 1988 desde que a PEC 215 não a desmantele): o de que a posse natural sobre as coisas só se reconhece a quem – pela sua superioridade – saiba fazer uso racional delas. Portanto, devolver terras aos índios torna-se um problema político que, em última análise e mesmo sem estudos aprofundados de que isso possa realmente acontecer, é entendido como um entrave ao desenvolvimento do Estado.

Ocorre que a resistência dos povos nativos da América a esta visão de mundo é histórica. Passados quinhentos anos, eles ainda resistem, já perceberam isto? E resistem a despeito de basicamente dois violentos processos: a assimilação e o extermínio. Como desproporcionalmente mais fortes e poderosos e a pretexto de impormos nossa justa e correta visão de mundo, temos sido responsáveis por um brutal derramamento de sangue. Há alguns anos que, no Mato Grosso do Sul, são assassinados centenas de indígenas em ataques armados de “produtores rurais” considerados, no imaginário social, como legítimos homens de bem.

Essa guerra político-ideológica resultou em um cenário que configura, no mínimo, um conjunto de inúmeros indicadores de risco para um gravíssimo[5] crime contra a humanidade, que é o genocídio. Se é que já não estamos diante de um. Não falo isso de forma meramente retórica, mas com base no recente “Quadro de Análise para Crimes de Atrocidade: uma Ferramenta para Prevenção”[6], elaborado em 2014 pelas Nações Unidas como forma de auxiliar os Estados a efetivarem seu compromisso primário com a responsabilidade de proteger (R2P) suas populações contra crimes de atrocidade (assim considerados o genocídio (Convenção sobre Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, de 1948), crimes de guerra (Estatuto de Roma), crimes contra a humanidade (Estatuto de Roma) e limpeza étnica).

Trata-se de uma ferramenta que permite aos Estados agirem preventivamente para proteger suas populações vulneráveis quando constatados fatores de risco presentes neste documento. O que as autoridades brasileiras ignoram, podendo levar a uma

atuação das Nações Unidas em relação ao caso, especialmente porque o Escritório de Prevenção de Genocídio e de Responsabilidade de Proteger é ligado ao Conselho de Segurança e a ocorrência de crimes de atrocidades, após falhar a prevenção e a cooperação internacional, é justificação para intervenção humanitária.

No caso dos Guaranis e Kaiowás no Mato Grosso do Sul, são inúmeros os fatores de risco para genocídio já mapeados, a saber: atos passados de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra ou sua incitação; relutância ou recusa em usar todos os meios possíveis para cessar graves violações de direitos humanos; desconfiança generalizada nas instituições do estado ou entre diferentes grupos como resultado da impunidade (são poucos os casos de punição dos perpetradores dos ataques); marco jurídico nacional que não oferece uma proteção ampla e eficaz (caso da recente consolidação da tese do marco temporal no STF, que levará à anulação, no Judiciário, de diversas demarcações já realizadas); recente adoção de medidas legislativas que afetam ou deliberadamente os discriminam (como é o caso da PEC 215); crescente retórica inflamada, campanhas midiáticas ou discursos de ódio atingindo grupos protegidos, populações ou indivíduos (exemplos são os discursos de incitação à violência de alguns deputados federais em suas bases eleitorais[7]); ataques contra a vida, a integridade física, a liberdade ou a segurança dos líderes, indivíduos proeminentes ou membros de grupos de oposição; entre outros.

O fato de que as disputas territoriais indígenas envolvam um embate ideológico é confirmado pelo seu desfecho como crime ou risco de crime de genocídio, em relação ao qual faltou uma última palavra. O genocídio é um crime que não se configura simplesmente como um assassinato coletivo. Configura-se, inclusive, sem a ocorrência de morte. Um genocídio ocorre quando diferentes atos (assassinato de membros do grupo; dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; transferência forçada de menores do grupo para outro grupo) são cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso[8].

O genocídio visa exterminar uma identidade coletiva, mesmo que seus membros permaneçam vivos, mas desde que alheios às diferenças e peculiaridades que os

caracterizam. São grupos indesejáveis que desafiam, com sua cultura diferenciada, um conjunto de valores estabelecidos, levando ao ato irracional do extermínio. Daí os discursos de ódio figurarem, em duas oportunidades, como fatores de risco no quadro de análise supramencionado.

O que se passa no Mato Grosso do Sul é mais do que uma simples defesa da propriedade privada pelos produtores rurais que será exitosa com a morte do índio x ou y. Ou de mais uma demonstração de incompetência do Estado em relação a questões de segurança pública. É uma tentativa de extermínio do povo Guarani e Kaiowá que se tornou um excedente no seu próprio território nativo.

Edital para contratação de frete vai levar alimentos a indígenas da região Sul. Site do MDSA, 23/06/2016.

Conab prevê que edital ocorra dia 4 de julho, por meio de pregão eletrônico

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) autorizou edital de contratação de frete para levar 82,1 mil toneladas de alimentos para famílias indígenas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é que o edital seja lançado no dia 4 de julho, por meio de pregão eletrônico.

A distribuição será voltada para sete mil famílias indígenas que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional em decorrência do inverno rigoroso. A contratação prevê que os produtos sejam levados da unidade armazenadora da Conab no Rio de Janeiro até as Coordenações Regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai) de São José e Chapecó (SC) e Passo Fundo (RS). De lá, a Funai providenciará a logística para distribuição dos alimentos para os indígenas da região Sul. O transporte deve ocorrer na segunda quinzena do mês.

Serão transportados arroz, feijão, óleo de soja, açúcar, macarrão e leite em pó. A maior parte destes produtos é da agricultura familiar, adquirida pela modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O governo federal compra da agricultura familiar e distribui gratuitamente às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Os alimentos vão atender famílias das etnias guarani, kaingang e xokleng. “Esses indígenas estão em região de acampamento e em periferias de grandes cidades, com dificuldade de produção e acesso ao alimento, em bolsões de pobreza e concentração de crianças. Os riscos de frio e de geada são grandes. Nossa agenda é de apoio à Funai”, explica a coordenadora geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDSA, Hétel dos Santos.

A Funai pede socorro. Ciro Barros e Iuri Barcelos. Carta Capital, 23/06/2016.

Órgão indigenista sofre com déficit de servidores e a judicialização das demarcações de terras, a principal pauta indígena

Hoje, 116 terras indígenas estão em fase de identificação; 34 foram identificadas; 72, declaradas e 478, homologadas, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA). Entre demarcadas e em fase de identificação, essas áreas representam atualmente 13% do território nacional (quatro vezes o tamanho da Itália). É nesse grande pedaço de chão que vivem mais de 800 mil índios, de 246 etnias, que falam centenas de línguas.

Como as constantes manifestações dos índios não deixam esquecer, o prazo de cinco anos estipulado pela Constituição de 1988 para a demarcação de todas as terras do país não foi cumprido, e um dos principais entraves para a regularização é o fato de a terra ser uma fonte de poder econômico, político e social. É nesse contexto que atua a Fundação Nacional do Índio (Funai), o órgão federal criado em 1967 para coordenar a política indigenista do Estado brasileiro.

De todas as etapas até a demarcação definitiva das terras indígenas, a delimitação e a identificação são as fases sob maior responsabilidade do órgão indigenista. Ao entrevistar ex-presidentes, movimentos sociais e os próprios índios, a Agência Pública chegou a um diagnóstico similar: restrições orçamentárias e de pessoal na Funai, além de pressões políticas, asfixiam o direito constitucional à terra, a principal reivindicação desses povos.

Diogo Oliveira é indigenista. Na Funai, é o coordenador de antropologia substituto da Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID), área responsável por coordenar todo o trabalho de identificação e delimitação das terras indígenas do país; o que inclui encaixar a demanda em um apertado planejamento, montar os grupos de

trabalho, orientar antropólogos que vão a campo fazer os estudos e cumprir diligências determinadas pelo Ministério da Justiça quando as terras vão ser declaradas.

“Hoje, a nossa equipe técnica dispõe de… um, dois, três…” A contagem de Oliveira vai até o número 12. “Você imagina: hoje nós devemos ter 600 reivindicações pela delimitação de terras, 120 processos de delimitação de terra em curso, mais algumas terras que estão em contestação administrativa, outras que são contestações do próprio Ministério da Justiça. E não temos gente nem recursos para contratar profissionais de fora.”

Para ele, o cenário da CGID é um microcosmo do que vive o órgão como um todo. “A situação é gravíssima”, sentencia. Entre a perda constante de quadros técnicos sem reposição, Oliveira conta que “o recurso menor do que o necessário” impede que a Funai cumpra sua função constitucional.

Pouca gente, pouca grana

Desde a reestruturação da Funai realizada na gestão Márcio Meira (2007-2012), definiu-se a necessidade de contratação de mais de 3 mil servidores. De lá para cá, no entanto, só ocorreram dois concursos públicos. No primeiro, realizado há seis anos, pouco mais de 400 servidores foram incorporados. E um novo concurso no decorrer deste ano prevê mais 220 vagas.

Um levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), no entanto, revela que a Funai conta atualmente com 2.142 funcionários efetivos, quando o número total de cargos autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é de 5.965. A situação mostra que o órgão desempenha suas atividades com somente 36% de sua capacidade. Em recente carta divulgada pelos servidores, eles alertam para o agravamento do quadro se um terço dos funcionários se aposentar em 2017, o que deixaria a Funai com cerca de 24% de servidores em relação aos cargos autorizados pelo Planejamento.

Se o quadro de pessoal é diminuto, o orçamento também não inspira grande esperança no avanço da pauta indigenista. Levantamento da Agência Pública mostra que desde 2011 o orçamento vem sofrendo seguidos cortes. Em 2016, o estrago foi maior: 23% de redução em relação ao orçamento total autorizado de R$ 653 milhões pelo Congresso Nacional em 2015, o que equivale a R$ 150 milhões a menos em caixa. Também a

participação da Funai no orçamento total da União caiu significativamente nos últimos cinco anos, chegando ao menor valor desde 2006.

A tesoura se concentrou principalmente nas chamadas atividades finalísticas do órgão, ou seja, nas políticas públicas destinadas aos povos indígenas. "Quando você pega o mapa de terras indígenas e compara com o número de funcionários, é inacreditável", afirma Mércio Gomes, presidente da Funai entre 2003 e 2007. "É um mundo imenso com um orçamento pífio", critica. Ele calcula ser necessário duplicar o orçamento e triplicar o número de funcionários. "O orçamento da Funai revela na prática que há uma inconsistência entre o discurso de respeito à proteção dos povos indígenas e a prática que é viabilizada pela política pública", corrobora Alessandra Cardoso, do Inesc.

Em entrevista exclusiva à Agência Pública, o último presidente da Funai, João Pedro Gonçalves, exonerado no início de junho, apontou a questão orçamentária como um grande entrave. "Para fazermos uma agenda digna, precisamos ter mais técnicos, fazer uma reestruturação, ter outro orçamento", afirmou.

Índios e funcionários em risco

Esse cenário desabonador atinge a atuação do órgão nas pontas, ou seja, nas atuais 37 Coordenações Regionais (CRs) e nas 297 Coordenações Técnicas Locais (CTLs), unidades descentralizadas próximas aos indígenas.

Gustavo Vieira, servidor do órgão e membro do Movimento de Apoio aos Povos Indígenas (Mapi), explica que em muitas CTLs não existem funcionários e, quando há, não passam de três, em média. As CRs, ainda segundo ele, passam pelas mesmas dificuldades, o que coloca em risco os funcionários. "Muita gente está aqui na sede, em Brasília, porque estava sendo ameaçada nas CTLs e nas CRs. Teve um caso específico de um camarada que trabalhava no Paraná em que um membro do Ministério Público presenciou uma reunião em que prefeitos e outras autoridades presentes faziam uma vaquinha para matá-lo. Outro colega teve o carro apedrejado na Bahia. E a gente não tem nem um mecanismo para institucionalizar isso, e acaba tendo que fazer essa solução caseira de transferir o funcionário", diz.

Por outro lado, a situação coloca em risco também os povos indígenas. "São caçadores, madeireiros, todo mundo entra nas nossas terras… Você vai ver como as coisas estão na CTLs e só está a pessoa, não tem equipamento de trabalho, e o responsável pela unidade não tem nem gasolina para o transporte. Como ele vai fazer a vigilância? Ele vai sofrer

emboscada, não tem como", argumenta Rosimeire Maria Teles, do povo Arapaso, do Amazonas.

Segundo ela, os funcionários não têm telefones funcionando para fazer denúncias à sede do órgão. "A gente percebe muito a fragilidade da Funai", diz. "Participando do movimento indígena, eu vi também como essa fragilidade dificulta para a gente conseguir articular as políticas com a Funai. O papel da CTL é organizar as demandas com a gente, tentar fazer esse trabalho, mas eles não têm como dar suporte nessas condições", conclui. "Lá na terra indígena São Marcos [MT], a gente está sofrendo essa invasão gradativa e estratégica do pecuarista. Todo ano eles vão pegando uma extensãozinha de terra, vão tirando os marcos e vão entrando. Quando a gente se depara com isso, a gente pede a fiscalização, mas não vem", alerta Crisanto Xavante, do povo Xavante, do Mato Grosso.

Gilcélio Jiahui, membro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), também critica: "A Funai tem sido desestruturada lentamente pelos órgãos do governo em nível local e nacional", diz. Para ele, a Funai tenta fazer as demarcações, a fiscalização, "mas o governo não vem dando condições".

"A demora nas demarcações é política"

Foram nove terras delimitadas pela Funai, 12 declaradas pelo Ministério da Justiça e quatro homologadas pela presidente afastada, Dilma Rousseff, entre janeiro e abril deste ano. Mesmo assim, a petista deixou o posto como a presidente com o menor número de demarcações desde a redemocratização do país.

Os entrevistados concordam que a situação inusual das recentes demarcações feitas pelo governo afastado denota a influência política que atinge em cheio a Funai. Segundo eles, os processos de demarcação só andaram quando ficou claro que o governo estava isolado politicamente, com o destino selado e livre das pressões do Congresso. "Mais do que orçamento, essa demora nas demarcações tem a ver com falta de decisão política. Esses últimos processos acelerados às vésperas do impeachment não surgiram do nada. Eles estavam na gaveta há anos", opina Márcio Santilli, sócio-fundador do ISA.

Segundo Maria Augusta Assirati, que esteve à frente da Funai entre 2013 e 2014, a pressão política é uma constante no trabalho do órgão. Ela revelou, um mês após a sua saída, em janeiro de 2015, que a Funai "está sendo desvalorizada e sua autonomia,

desconsiderada". Ela contou que em sua gestão o governo Rousseff, ainda vivo politicamente e pautado pelas negociações e pressões do Congresso e da governabilidade, sujeitou todas as etapas do processo de demarcação à aprovação da Casa Civil e do Ministério da Justiça, ao qual a Funai é subordinada. "A gente chegou a ter um embargo de demarcações de terras indígenas determinado pelo governo em função de várias relações que se construíram, sobretudo, com o agronegócio. Foi muito explícito. Tivemos uma ministra da Casa Civil, a Gleisi Hoffmann, atacando a atuação da Funai publicamente", avalia a ex-presidente.

Dilma será marcada na questão indígena não só pelas poucas demarcações, mas pela construção de Belo Monte, a usina hidrelétrica do Pará que foi inaugurada mesmo sem cumprir 11 condicionantes relacionadas aos povos indígenas. Segundo os ambientalistas, a hidrelétrica causará grande impacto aos povos da região do Xingu. "No governo Dilma, esse viés desenvolvimentista voltou à tona e pressionou a Funai para que voltasse a se alinhar com esses objetivos hegemônicos do governo", diz Maria Augusta.

No entanto, na avaliação unânime das fontes, as pressões sobre o órgão não começaram no governo Rousseff. "A Funai sempre fica nessa posição complexa. Ao mesmo tempo em que ela tem que proteger o direito dos indígenas, ela também tem que fazer a mediação. Porque o Estado é complexo e muitas vezes tem ações contrárias aos direitos indígenas", avalia Márcio Meira, o mais longevo presidente do órgão (2007-2012). Mesmo com pressões de lado a lado, Meira pondera a importância para que essas "pressões não se sobreponham à legislação". Para o ex-presidente João Pedro Gonçalves, a atuação do órgão reflete em muito as posições do Ministério da Justiça. "A Funai, ligada ao Ministério da Justiça, vai estar sempre sob influência do titular do ministério, e isso pode e vai se refletir na agenda da Funai", analisa.

Meira recorda que ex-presidentes do órgão já cederam de maneira mais escancarada a pautas anti-indígenas, caso de Romero Jucá (PMDB-RR), que presidiu o órgão no governo de José Sarney (PMDB-AP). "Era um presidente da Funai que facilitou a vida dos madeireiros, dos garimpeiros. Se você olhar o relatório da Comissão Nacional da Verdade, tem várias denúncias contra ele", afirma.

Vieira, do Mapi, reitera a rotina de pressões. "Eu recebo a pressão dos deputados para a área de licenciamento, por exemplo. 'Ah, vamos agilizar a licença tal', 'vamos fazer a audiência pública de tal obra'. Aí vêm obras com estudos de impacto muitas vezes mal-

feitos, de mentira. A área pede para fazer os estudos de impacto ambiental de uma maneira correta e eles falam: 'Não, deputado tal tá apoiando a obra, senador tal'", revela.

30 braços, 3 mil processos de licenciamento

A área de licenciamento ambiental também sofre com a sobrecarga de trabalho dentro da Funai. "A gente tinha que cuidar, chutando baixo, de uns 3 mil processos ativos. Cada técnico ficava, no mínimo, com 60 processos ativos de licenciamento para cuidar de uma vez", afirma Nuno Nunes, que atuou até o meio do ano passado como coordenador de Transporte e Mineração, na Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental.

O ex-servidor conta que chegou a deixar o órgão indigenista por causa de problemas de saúde acarretados pela sobrecarga de trabalho. Nuno relembra que à época a Coordenação de Licenciamento contava com 15 servidores para cuidar das questões indígenas no licenciamento em todo o país. "A gente acabava tendo que escolher quais eram os processos que iam impactar mais os indígenas e focar nesses para o licenciamento. O resto a gente deixava passar. Aí, muitas vezes o licenciador estadual ou até o Ibama emite a licença, e os indígenas se ferram", revela. Segundo ele, vários processos de lavra garimpeira, por exemplo, foram levados a cabo sem o componente indígena no licenciamento, o que impactava as comunidades.

O setor de licenciamento da Funai é exemplar na contradição dos interesses do Estado e da pauta indígena. As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por exemplo, foram as que mais demandaram esforço da equipe de Nunes. "Falta servidor, falta recurso para fazer vistoria e fazer o licenciamento adequadamente", diz.

Para se ter uma ideia, o orçamento pago destinado ao licenciamento aumentou 250% nos últimos dez anos, ainda que esses recursos, segundo as fontes, sejam insuficientes para a demanda. Nunes compara a situação com a de outro órgão, o Ibama. "Para cada processo de licenciamento, o Ibama tem uma equipe. Na Funai, é uma pessoa só. Você chegava um dia e tinha que cuidar de mineralogia, depois tinha que virar a noite para estudar para um licenciamento de piscicultura", relembra.

“A Funai não é para principiantes”

Após o término da entrevista, Mércio Gomes ligou para a redação da Agência Pública para registrar uma frase tão enigmática quanto provocadora: “A Funai não é para principiantes”, disse convicto. Era uma continuação da sua última resposta, quando ele foi provocado a se posicionar sobre o futuro do órgão. “Se esse quadro permanecer, vamos ter anos de um declínio grande da Funai em termos de demarcação”, sentenciou.

Atualmente, cerca de 70% das terras indígenas brasileiras já foram demarcadas. Restam, segundo estimativas da Funai, 30% de territórios (204 TIs). Segundo Santilli, os territórios que restam serão os mais complicados por estarem fora da região amazônica, no Centro-Sul do país, “onde existe um quadro mais intenso de ocupação do território, o que faz com que os processos de demarcações se deparem com vários obstáculos, como a incidência de títulos de propriedade, implicando um aumento da pressão política e esbarrando em setores com maior capacidade de se articular no Judiciário”, diz.

Num contexto de reprimarização das exportações do país, que passou a depender ainda mais das*commodities* agrícolas e minerárias, a contradição com a pauta indígena se evidencia novamente. “Quando a gente anda para trás nesse plano da estrutura econômica, quando esses setores mais atrasados ganham força, a gente acaba sofrendo atrasos em outros âmbitos da sociedade e do Estado”, avalia Santilli.

Para as terras pendentes, há quem defenda que a Funai passe a ter outras opções de aquisição que não o processo de reconhecimento e demarcação. O argumento é do ex-ministro da Justiça do governo petista Eugênio Aragão, que defendeu a compra de terras pela Funai como uma maneira de enfrentar o mar revolto das demarcações restantes.

Justiça que atrasa demarcações

A demora nos processos de demarcação tem outro fator para além do político, segundo as fontes entrevistadas pela reportagem: a enxurrada de procedimentos judiciais. Tal cenário diz respeito ao marco temporal, tese jurídica que propõe uma interpretação da Constituição Federal, ao definir que só poderiam ser consideradas terras tradicionais aquelas que estivessem em posse dos indígenas em 5 de outubro de 1988.

O ex-presidente da Funai João Pedro Gonçalves explica: “Se criou um corte histórico desde o debate realizado no Supremo Tribunal Federal relacionado à demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. De Raposa saiu uma premissa que

fortaleceu muito a Justiça, que foi o marco temporal". Para ele, a situação "impôs uma lentidão maior nos procedimentos".

Diogo Oliveira, do CGID, revela que "quase todo processo de delimitação" que se faz na Funai "tem alguma contestação judicial". "Há casos em que a gente não pode assinar um papel, pois tem um mandado de segurança de alguma comarca impedindo. E isso acontece em cada ato administrativo. Sai a portaria constituindo um grupo de trabalho para estudar uma área, não dá 30, 40 dias, chega uma ação da federação agrícola, da prefeitura, de alguém do governo do estado contestando e não deixa nem começar os estudos", critica.

Em 2014, foram anuladas demarcações de três terras indígenas após uma decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Duas dessas terras estão no epicentro da violência contra os povos indígenas, o Mato Grosso do Sul: a TI Guyraroka, dos povos Guarani e Kaiowá, e a TI Limão Verde, do povo Terena. Também a TI Porquinhos, do povo Canela-Apãnjekra, do Maranhão, teve a demarcação anulada. O Supremo, porém, já adotou posições contrárias. Recentemente, o tribunal negou o seguimento de um mandado de segurança que pedia a revogação da demarcação da TI Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, com base na tese do marco temporal.

Mato Grosso do Sul concentra mais de 60% dos assassinatos de indígenas do Brasil. Karina Villas Boas. Site do MST, 24/06/2016.

Nos últimos 12 anos, mais de 400 indígenas foram mortos no Estado do Centro-Oeste

Mato Grosso do Sul voltou a ser foco dos noticiários com as atrocidades cometidas contra o povo Guarani e Kaiowá no último dia 14 de junho. Um ataque de pistoleiros armados, mais conhecidos como "jagunços", contra a comunidade da terra indígena Dourados-Amambai Peguá, localizada no município de Caarapó, resultou no assassinato do Kaiowá e agente de saúde indígena, Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, de apenas 23 anos.

Relatos dos próprios indígenas revelam que o ataque durou cerca de quatro horas. Além do jovem assassinado, outras seis pessoas ficaram feridas por armas de fogo e foram encaminhados ao hospital, entre elas, uma criança de 12 anos, que foi atingida no

abdômen. As vítimas permanecem internadas no Hospital da Vida, no município de Douradas. Apenas uma mulher, que foi atingida no braço, teve alta no início dessa semana, mas as outras se encontram em estado grave, com tiros no coração, cabeça, tórax e abdômen. O massacre foi uma resposta à retomada realizada pelos Kaiowás na fazenda Yvu, vizinha à reserva de Te'yikue.

O ataque na Terra Dourados-Amambai Peguá não é um fato isolado em Mato Grosso do Sul. Clodiodi Aquileu foi mais um jovem indígena que entrou nas fatídicas estáticas. Nos últimos 12 anos foram registrados mais de 400 homicídios no estado que concentra mais de 60% dos casos de assassinatos de indígenas do país. A região também concentra uma alta taxa de suicídios de indígenas, com 700 casos reportados. Os registros indicam um homicídio a cada 12 dias e um suicídio a cada sete dias.

Apenas em 2014 o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), registrou 138 casos de assassinatos e 135 casos de suicídios no país. Destes, 41 assassinatos e 48 suicídios aconteceram no Mato Grosso do Sul. Os dados também revelam um severo aumento das mortes por desassistência à saúde, mortalidade na infância, omissão e morosidade na regularização das terras indígenas.

De acordo com relatório e documentos do CIMI, somente no último semestre, já foram contabilizados ao menos 25 ataques contra os Guaranis e Kaiowás no Mato Grosso do Sul, os quais incluem ataques químicos, com a utilização de agrotóxicos e atentados a tiro.

"A perda dos nossos parentes dói na alma, na pele e está traumatizando a geração jovem indígena. O Brasil sempre foi nosso e a esperança que eu alimento e vou alimentar é a demarcação, sem ela nós não cuidamos da natureza, não nos alimentamos e por ela vamos lutar e morrer", ressalta a jovem indígena Guarani Kaiowa, Geniana Barbosa, de 27 anos, da Comunidade Laranjeira Ñhanderu, no município de Rio Brilhante, ao lembrar que, infelizmente, os jovens indígenas passaram a conviver com essa realidade violenta.

Estado confina indígenas

O Mato Grosso do Sul possui pouco mais de 35 milhões de hectares, equivalente ao território da Alemanha, a terceira maior economia do planeta. As áreas urbanas de seus 79 municípios somam apenas 44,1 mil hectares.

Os Guarani e Kaiowás ocupam 35 mil hectares do Estado, com uma população total de 46 mil indígenas (IBGE, 2014). Há mais pasto para um boi crescer no Estado do que terra para uma família indígena criar os filhos, produzir o próprio alimento e enterrar os seus mortos.

Segundo dados do CIMI, estudos preliminares sobre o tamanho das terras reivindicadas pelos Guaranis e Kaiowás, o segundo maior povo indígena do Brasil, apontam que estas não devem ultrapassar 900 mil hectares. Ou seja, menos de 2,5% do território de Mato Grosso do Sul. Estas terras também não seriam em faixa contínua e buscariam restaurar os corredores ecológicos entre as principais bacias de rios da região sul do Estado.

Aos 70 anos, a cacique Damiana Cavanha sintetiza o símbolo da resistência Guarani e Kaiowá em Apycaí e o que significa ser indígena nesta região. Para ela, "a terra é para criar as coisas, plantar as coisas, para recuperar… Perdemos tudo, plantamos tudo. Tem mandioca, batata doce, não é muito não, mas já dá para a nossa família", disse em recente entrevista concedida ao programa Campo Grande News.

O território reivindicado pelos índios na cidade de Dourados está atualmente arrendada para a usina São Fernando, de propriedade de José Carlos Bumlai.

Damiana sofre com a ameaça de despejo. O território Apycaí está a sete quilômetros do Centro de Dourados, sentido Ponta Porã, entre um riacho poluído e uma plantação de cana.

O prazo dado pela 1ª Vara Federal de Dourados era até meia-noite do último dia 14, para que ela e as oito famílias que ali ocupam saíssem por vontade própria. Até o momento, a ordem de despejo não foi cumprida. De qualquer maneira, Damiana foi enfática ao afirmar que não irá baixar a cabeça.

Os dados e a realidade vivida por estes povos apenas demonstram o quão cruel é a vida desta população, envoltos numa região dominada pela concentração de terras, onde a economia é baseada principalmente no latifúndio e no agronegócio.

Os indígenas estão confinados em pequenos terrenos, entre várias cabeças de gado, áreas imensas de pastagens e de plantações de monocultura, como soja, milho, eucalipto e cana de açúcar.

Genocídio

Em seu artigo "Os condenados desta terra", o professor Neimar Machado de Sousa, membro da Comissão Regional Justiça e Paz e professor na Faculdade Intercultural Indígena – FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), ressalta que a lista de violações de direitos dos povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul é tão grave e extensa que pode ser classificada em diversas categorias: "Insegurança alimentar; remoção dos territórios tradicionais para as reservas indígenas; violência contra a mulher nas áreas de retomada e nas reservas, criadas pelo Governo Brasileiro; contaminação por agrotóxicos; intolerância religiosa; assassinato; trabalho escravo; exploração sexual; crianças fora da escola e sem atendimento médico, isso num contexto demográfico em que 45% dos Guaranis e Kaiowás, neste estado, têm menos de 17 anos de idade", explica.

A omissão do Estado brasileiro em cumprir os direitos indígenas estabelecidos na Constituição Federal em 1988, que previu a homologação e a demarcação das terras indígenas e o atraso na identificação destas terras, permite que a violência se perpetue e se converta em genocídio. Como consequência, a população sul-mato-grossense segue bastante preconceituosa em relação aos povos indígenas.

"Temos dois cenários: a omissão do estado e uma população preconceituosa, que vai sempre apoiar um lado apenas, pois é alimentada pela insensibilidade da mídia; e os interesses comerciais de grandes companhias e investidores, que patrocinam os veículos de comunicação mais expressivos", afirma Machado.

Em artigo publicado pelo Empório do Direito, a pós-doutora em Direito pela Universidade de Londres, Fernanda Frizzo Bragato, define muito bem o que acontece na disputa de terra em MS, que na verdade é a velha conhecida, disputa de classe.

"O genocídio visa exterminar uma identidade coletiva, mesmo que seus membros permaneçam vivos, mas desde que alheios às diferenças e peculiaridades que os caracterizam. São grupos indesejáveis que desafiam, com sua cultura diferenciada, um

conjunto de valores estabelecidos, levando ao ato irracional do extermínio", afirma Fernanda.

A pesquisadora enfatiza também que "o que se passa no Mato Grosso do Sul é mais do que uma simples defesa da propriedade privada pelos produtores rurais que será exitosa com a morte do índio x ou y. Ou de mais uma demonstração de incompetência do Estado em relação a questões de segurança pública. É uma tentativa de extermínio do povo Guarani e Kaiowá que se tornou um excedente no seu próprio território nativo", ressalta.

E em uma fala embargada pelo choro, Ambrósio Ricardi, liderança da aldeia, Ñanderu Marangatu, que fica no município de Antônio João lembra do pesado ataque armado que seu povo sofreu no dia 29 de agosto de 2015. O ataque culminou com o assassinato do líder Kaiowá Guarani, Simião Vilhalva. Para Ambrósio, as condições nos territórios indígenas "são precárias".

"Muitas vezes passamos fome, as crianças ficam sem comida. A saúde vai mal, não se pode plantar nada, pois os fazendeiros colocam veneno em todo o solo e os rios são poluídos, nós não morremos só de bala em ataque que vem do nada não, nosso povo está morrendo todo dia um pouquinho", conclui.

Sem presença da Funai, índios assumem proteção das terras. Ciro Barros e Iuri Barcelos. Carta Capital, 27/06/2016.

Povos que assumiram a tarefa por conta própria sofrem com ataques de madeireiros e invasões garimpeiras

Cansados de esperar por fiscalizações mais frequentes da Funai, do Ibama e da Polícia Federal, o povo Guajajara da terra indígena (TI) Arariboia, no Maranhão, resolveu reagir. "A gente resolveu formar uma comissão de lideranças e caciques. Essa comissão achou melhor que a gente tivesse os nossos próprios guardiões da terra, pra gente mesmo defender o nosso território", conta Suluene Guajajara, uma das lideranças do povo. Esses guardiões Guajajara receberam das lideranças uma missão: percorrer todos os 413 mil hectares do território em busca dos invasores atraídos pelas riquezas naturais, sobretudo a madeira.

Ao protegerem a própria área, os indígenas buscam garantir seu direito de usufruto exclusivo dela, como determina a Constituição. Antes de saírem para a guarda, os índios comunicam à Funai e, ao flagrarem qualquer invasor, o cercam e avisam às autoridades. O risco, porém, os acompanha a cada passo da ronda.

"Os guardiões sofrem muita ameaça. Eles não podem mais fazer compras na cidade, por exemplo. As pessoas que lucram com a exploração das nossas terras ficam falando que vão queimar, vão cortar o corpo dos guardiões. Eles até colocam preço na cabeça dos guardiões: quem matar um leva dez mil, R$ 15 mil", diz. A voz de Suluene estremece, os olhos enchem d'água. "A gente vive com muito medo."

As ameaças de morte já se concretizaram. Só neste primeiro semestre de 2016, quatro Guajajara (Aponuyre, Genésio, Isaías e Assis) foram violentamente assassinados no período de um mês, dois deles a pauladas, e um deles, Aponuyre, tinha apenas 16 anos.

Outro índio assassinado, Assis Guajajara, era um guardião. "Infelizmente isso não é novidade, a gente se acostumou a viver com medo. Em 2007, os madeireiros já tinham matado outro indígena, um senhor da aldeia Lagoa Comprida. E eles nunca pararam de nos ameaçar", conta. "A Funai vai lá na terra uma vez, faz uma ação, coíbe alguns madeireiros, mas é só a Funai sair que eles voltam. A gente fica oito, dez dias protegidos, mas a Funai vai embora. Os próprios funcionários são ameaçados na estrada pelos madeireiros. E parece que eles são avisados: quando a operação da Funai chega, eles saem e não estão mais lá", desabafa Suluene.

Queda livre nas fiscalizações

A morte dos Guajajara vem na esteira de um cenário preocupante para os povos indígenas brasileiros: a queda livre nas ações de fiscalização em terras indígenas pela Funai. Segundo o último relatório de gestão do órgão indigenista, em 2011 foram 227 ações de fiscalização e, em 2014, o número caiu para 92 ações, queda vertiginosa de 59%. O relatório aponta uma razão para a redução das ações de fiscalização: a insuficiência de recursos orçamentários, fato que "limita o desempenho das ações da Diretoria de Proteção Territorial no cumprimento de suas atribuições legais, principalmente para a implementação de ações de monitoramento territorial, que têm tido uma expressiva redução nos últimos anos".

Levantamento realizado pela Agência Pública indica que a redução das ações de fiscalização se encaixam em um quadro mais amplo da dinâmica orçamentária da Funai.

Embora o orçamento geral do órgão tenha apresentado leve crescimento nos últimos dez anos, houve uma forte redução da verba destinada às atividades de fiscalização da Funai, que tem a responsabilidade de zelar por uma área indígena equivalente a 13% do território nacional. Em 2015, por exemplo, o que se gastou com fiscalização representa menos da metade do que se gastava há dez anos.

Suluene avalia que a Funai padece de apoio do Estado brasileiro. “A gente que é do movimento indígena sabe que o governo não vem dando condições para que a Funai faça o seu trabalho direito. A Funai não tem funcionários pra conseguir fiscalizar nada. E isso é pelas pressões políticas que eles vêm sofrendo. Mas, enquanto isso acontece, os povos indígenas correm muito risco”, diz a líder Guajajara.

No ano passado, após dois meses seguidos, um incêndio tratado pelos Guajajara como criminoso consumiu mais da metade (53,2%) da TI Arariboia. Os madeireiros são apontados como os principais responsáveis pelo início das queimadas na região. “Nossa caça fugiu ou morreu, e a gente não tem mais como viver de acordo com a nossa cultura”, lamenta Suluene.

Com o incidente, a saúde alimentar e a sustentabilidade dos Guajajara deixou a comunidade em situação delicada. “A terra não consegue mais nos alimentar. E uma das formas que mais ameaça a gente é a alimentação”, diz. Segundo ela, frango da granja, biscoito e refrigerante passaram a ser consumidos pela comunidade. “Agora temos casos de diabetes, hipertensão, câncer. Antes a gente tinha doença espiritual, mas o nosso pajé curava. Só que o nosso pajé não cura um câncer, não cura diabetes”, diz.

Reestruturação pela metade?

A situação relatada pelos índios com a pouca fiscalização do órgão indigenista é um dos nós que colocaram a Funai na berlinda em vários momentos de sua história. Na gestão de Márcio Meira (2007-2012), uma mudança estrutural por meio de dois decretos (7056/2009 e 7778/2012) dividiu opiniões dentro e fora do órgão. “A ideia dos decretos de reestruturação foi um grande esforço de adequar a Funai à Constituição de 1988 e garantir a autonomia indígena”, afirmou Meira.

A mudança na Funai foi recebida à época com ressalvas (e protestos) pelos povos indígenas, movimentos sociais, funcionários e até por ex-presidentes do órgão,

sobretudo pela diminuição do número das antigas Administrações Executivas Regionais em comparação às CRs criadas na reestruturação.

A retirada dos postos indígenas das aldeias é criticada pelo ex-presidente da Funai Mércio Gomes (2003-2007). “[A reestruturação] foi péssima porque retirou os postos das terras indígenas. Hoje todo mundo está nas terras indígenas, menos a Funai. Tirar os postos indígenas foi algo completamente absurdo”, critica. “No Mato Grosso, por exemplo, você tem várias Coordenações Técnicas Locais próximas às terras dos Xavante, mas ninguém dentro das terras para coibir os conflitos que ocorrem lá. Essa reestruturação esvaziou a Funai”, avalia.

Meira defende a medida tomada por sua gestão. Ele explica que a reestruturação começou em 2007, com base em um levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e com estudos da própria Funai. “Nós elaboramos uma reforma processual que, lamentavelmente, não pode ser continuada nas gestões posteriores”, avalia.

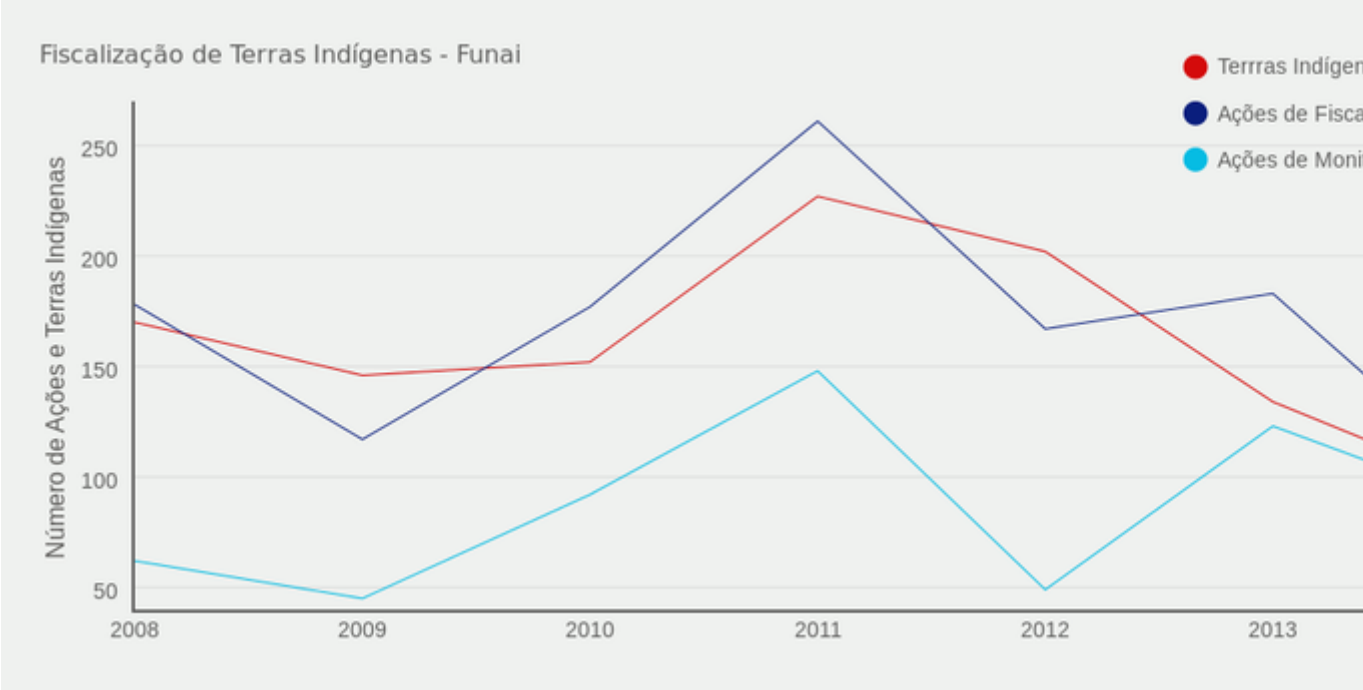
Para ele, os concursos públicos contínuos eram um passo fundamental na reformulação proposta. “Havia a expectativa de que o Ministério do Planejamento desse continuidade aos concursos a cada ano, o que não aconteceu”, reclama.

O sócio-fundador do Instituto Socioambiental Márcio Santilli, que já presidiu a Funai (1995-1996) na gestão de Fernando Henrique Cardoso, vê “vários méritos” na reestruturação de Meira, mas pondera que os concursos públicos perderam efetividade. “A Funai tem uma enorme dificuldade de basear pessoal nas pontas, especialmente no caso das terras indígenas que, muitas vezes, são áreas remotas”, avalia.

Gustavo Vieira, servidor da Funai e membro do Movimento de Apoio aos Povos Indígenas (Mapi), avalia que a reestruturação do órgão deu novo perfil ao funcionário da Funai, que passou a ser mais “articulador de políticas locais” e menos um agente que “atende demandas diretas do índios”. “O chefe de posto tinha mais ou menos essa função, ou seja, seria uma espécie de ‘cacique branco’, que se relacionava com os índios de uma forma meio assistencialista”, opina.

A despeito das críticas, Vieira vê uma institucionalidade maior do órgão com a reestruturação. “A retirada dos postos avançados de dentro das aldeias e a criação das CTLs nas cidades deram uma articulação melhor dos funcionários da Funai com as

prefeituras, com as secretarias municipais e estaduais.”



Lado indígena

Sônia Guajajara, liderança da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), é assertiva sobre a questão: “A reestruturação está só no papel e a Funai só tem se distanciado dos conflitos das terras indígenas”.

Telma Marques, da terra indígena Araçá e membro do Conselho Indígena de Roraima, considera que a Funai passou pela reestruturação para definir várias situações, mas que “falta muita coisa para que haja uma atuação direta com os povos indígenas”.

Segundo ela, a fiscalização é um dos grandes problemas. “Todas as ações dentro das terras ainda são pequenas. Há um contingente mínimo de pessoas para fazer as ações, o que acaba inviabilizando o trabalho da Funai.”

Segundo o último relatório de gestão do órgão, os cortes nas atividades de proteção territorial foram de 50% entre 2008 e 2014. O governo ainda não regulamentou o poder de polícia da Funai, algo previsto na lei que criou o órgão em 1967. “Hoje não está muito claro o papel da Funai. A gente está vendo que a Funai está sem braço para garantir a segurança dos povos indígenas. Mas enquanto isso a gente é que está sofrendo na pele”, conclui Rosimeire Maria Vieira Teles, do povo indígena Arapaso, da TI Alto Rio Negro.

Para além do debate sobre a reestruturação da Funai e a autonomia indígena, a violência contra esses povos é uma realidade crescente. As pressões a que os povos indígenas estão submetidos são as mais diversas: vão de ameaças de narcotraficantes às de madeireiros, passando pelo garimpo ilegal, a pecuária extensiva e megaempreendimentos públicos e privados (hidrelétricas, estradas, barragens de mineração etc.).

Programa de proteção já acolheu 133 indígenas

Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (arquivo 1 e 2) mostram que 38 indígenas estão incluídos atualmente no Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, mantido pelo governo federal. Outros 43 passam por uma triagem e 15 estão em análise. Ao todo, 133 índios foram acolhidos pelo programa entre 2009-2016.

A situação de insegurança corrobora os relatórios sobre violência contra os povos indígenas elaborado desde 2003 pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Somente em 2014, ano do último levantamento, 138 indígenas foram assassinados no país, número mais alto da história do relatório. A média anual é de 68 assassinatos.

Venda de terras para estrangeiros: ameaça à soberania nacional e ao acesso à terra. Gisele Brito. Site do MST, 30/06/2016.

Temer deve apoiar votação de PL que libera a compra de terras por pessoas físicas e jurídicas de outros países. PL da bancada ruralista está pronto para ser votado na Câmara.

Na semana passada, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, afirmou que o presidente interino Michel Temer mandará uma mensagem ao Congresso Nacional propondo liberar a venda de terra para estrangeiros. Na entrevista, Maggi afirma que muitas empresas deixam de investir no Brasil porque não podem dar terras como garantia a bancos estrangeiros.

A justificativa para a mudança na regra, segundo o governo interino, seria atrair esses capitais. Mas a medida é vista com preocupação por movimentos populares, sindicatos de trabalhadores do campo e economistas, que apontam perda de soberania e interferência inclusive nos alimentos que chegam ao prato dos brasileiros“Uso a própria

lógica do ministro interino: se uma empresa, pessoa ou país detém 2 ou 3 milhões de hectares cultivados e, de um ano para outro, decidir não cultivar aquela área por simples cálculos financeiros de custo-benefício, isso resultará em grandes impactos para a produção do país", exemplifica o professor do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (UNB) Sérgio Sauer.

Contra a ideia de que esse tipo de investimento poderia aumentar a produtividade, Sauer lembra que no setor sucroalcooleiro, que passou por intensa internacionalização na produção, isso não ocorreu. "Não aumentou a produção porque os investidores compraram a capacidade já instalada das usinas em operação, portanto, aconteceu uma "trocada de mãos" do setor e - se não estou enganado - mais de 60% da produção está em mãos de empresas estrangeiras ou em consórcios com capital externo", argumenta.

"É a lógica do grande agronegócio, mas é um exemplo simples da perda da autonomia. Ainda, em termos econômicos, na lógica de mercado, promover a demanda significa aumentar preços. Portanto, as terras tendem a ficar mais caras tanto para investidores nacionais e estrangeiros quanto para a execução das políticas de Reforma Agrária. Além de aprofundar a dependência dos preços internacionais das commodities, essa lógica gera insegurança alimentar, pois a produção é para exportação de soja, por exemplo, sendo que o Brasil tem que importar feijão para abastecer a demanda nacional", acrescenta o professora da UNB.

A avaliação é acompanhada pelo economista Guilherme Delgado, que estuda políticas agrícolas "Isso tem consequências de diversas naturezas. As pessoas jurídicas estrangeiras que compram terra aqui evidentemente compram ativos, patrimônios, participações acionárias, sem nenhum compromisso com a produção ou ocupação. Isso depende de outras decisões de investimento que realmente escapam a esses titulares estrangeiros, normalmente fundos de pensões, grandes sociedades que estão ligadas às cadeias do agronegócio", afirma.

Ele também enfatiza os a riscos da soberania do país, especialmente nas terras em regiões de fronteira. "O mercado de terras em todo o mundo é um mercado de bases nacionais no mundo inteiro. Não se internacionaliza isso porque ele também está ligado a soberania.

Então eu vejo com preocupação essa tese ‘liberou geral’. Além do que as pessoas físicas e jurídicas de outros países, mais até que as brasileiras, não têm compromisso com a função social da terra”, pondera.

Temer deve apoiar a aprovação do PL 4059/2012, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, cuja maioria dos parlamentares representa os interesses do agronegócio.

O PL tramita em regime de urgência, mas está parado desde setembro do ano passado. O projeto está apensado a outro, o 2289/2007, de autoria do deputado Beto Faro (PT-PA), que trata do mesmo assunto, mas em vez de liberar completamente a compra por estrangeiros, regulamenta a legislação vigente.

Até 1998, uma lei de 1971 permitia que empresas com sede no Brasil comprassem terras no país. Naquele ano, a Advocacia Geral da União interpretou que empresas nacionais e estrangeiras não poderiam ser tratadas de maneira diferente e liberou a compra.

A mudança teve impacto imediato e milhares de alqueires foram vendidos a empresas de capital estrangeiro. Diante do avanço da estrangeirização, um novo parecer da AGU em 2010 restabeleceu restrições para esse tipo de propriedade.

“Nós da Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura] somos contra [essa mudança]. Porque ela pode significar três coisas. A primeira é que se pode perder a soberania nacional no momento em que você começa a vender seu solo e aquilo que tem debaixo, que são as riquezas naturais que temos; a segunda é que o Brasil já é um dos países mais injustos em distribuição de terras.

Somos um país concentrador. Significa dizer que vender as terras indiscriminadamente vai concentrar. E a terceira, que nos pega em cheio, é que vai dificultar ainda mais a reforma agrária, porque pode encarecer enormemente os preços”, elenca o presidente da Contag, Alberto Ercilio Bloch.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa